

Sabina Estayno

**EMPRESAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES NO  
PRIMEIRO PERÍODO DO GOVERNO LULA (2003-2007)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Política.

Orientadora:

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Soledad Etcheverry Orchard.

Florianópolis

2017



## AGRADECIMENTOS

Ao meu pai e à minha mãe. Sem dúvida, minhas inquietações surgiram há muito tempo, a partir das sementes por eles colocadas, que cuidadosa e respeitosamente foram alimentando. Sou uma dessas maçãs que caem perto da árvore, agradecida por compartilhar com eles a sensibilidade social que me transmitiram.

Ao Diego e à Mel, por me acompanharem e respeitarem com amor e carinho nos momentos de isolamento e fazer deste desejo pessoal uma conquista familiar.

Às minhas irmãs, pela escuta atenciosa das minhas falas sobre os Trabalhadores das Empresas Recuperadas há anos e por ler alguns dos meus textos com o esforço adicional de interpretar o meu português. Também, por me apoiarem nos momentos de esgotamento e me darem forças para continuar em frente.

À família do Diego, minha família do coração, por cuidar de mim e da Mel carinhosamente, para que eu pudesse trabalhar com tranquilidade nesta pesquisa, refugiada no calor *porteño*.

Ao Santiago e especialmente à Laura, pelo acolhimento, pelas comidas, pelas falas, pelos desabafos, e pela leitura cuidadosa do meu trabalho e as enormes ajudas técnicas.

À minha professora orientadora, Marisol, pela orientação, escuta, mas principalmente pela compreensão nas horas difíceis em que a maternidade e os prazos de entrega não se conciliavam.

Ao Valcionir Corrêa e ao professor Raúl Burgos por cada uma de suas sugestões.

Ao GPERT por socializar seus conhecimentos, os quais foram de grande ajuda durante toda esta pesquisa, e especialmente à Alejandra Paulucci por sua solidariedade.

Ao programa de Pós-Graduação em Sociologia Política por ter aceitado meu projeto de pesquisa e permitir o desenvolvimento do mesmo. À Albertina e à Fátima por responderem a todas as consultas com paciência e carinho.

À CAPES por ter me concedido a bolsa de estudos.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Estayno, Sabina

Empresas recuperadas pelos trabalhadores no primeiro período do governo Lula (2003-2007) / Sabina Estayno ; orientadora, María Soledad Etcheverry Orchard, 2017.  
133 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Empresas Recuperadas Pelos Trabalhadores. Políticas Públicas. Estado. Governo. . I. Etcheverry Orchard, María Soledad. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

## RESUMO

As medidas econômicas impulsionadas pelo modelo neoliberal trouxeram consequências que se viram refletidas na precariedade trabalhista dos trabalhadores brasileiros, assim como na de trabalhadores de outros países de América Latina. Um modelo de âmbito global que se anunciou desde a década de 1970 e que se fortaleceu no continente ao longo das décadas seguintes, precipitando uma crise que levou muitas empresas a declararem falência. Tendo esse cenário como pano de fundo, os governos tenderam a se retirar do seu papel de protagonistas centrais na tarefa de velar pela satisfação de uma das necessidades mais básicas da população, ou seja, a de garantir as proteções do trabalho. Diante dessa situação, os mesmos trabalhadores criaram uma alternativa própria ao desemprego, permanecendo nas empresas falidas e fazendo todo o possível para reativar as unidades produtivas. Surgem, assim, as Empresas Recuperadas Pelos Trabalhadores (ERTs).

Um novo governo assume a Presidência do Brasil no ano de 2003, com a promessa de ser um governo democrático e voltado para o social, o que efetivamente é constatado nas suas primeiras ações, criando espaços participativos e inclusivos para o desenvolvimento da Economia Solidária. Mas essas ações não pareceram ser suficientes para o setor das ERTs, já que essas empresas, apesar de poderem ser incluídas nesse mundo das políticas públicas voltadas para a Economia Solidária, não conseguiram uma atenção especializada das ações do governo brasileiro. Isso acontece, seja pelas ERTs possuírem necessidades diferentes, e/ou por não representar uma força política com peso significativo na cena política. Os próprios movimentos de

trabalhadores de empresas recuperadas no Brasil se mostraram tímidos para levar adiante um projeto comum que pudesse dar maior sustentabilidade a essas frágeis e complexas iniciativas de autogestão em um mundo governado pelas leis do mercado. As questões que procuramos dar resposta nesta pesquisa indagaram sobre essas iniciativas de autogestão por parte dos trabalhadores, as políticas públicas relacionadas e as possíveis estratégias de sobrevivência desses empreendimentos, tendo como marco histórico o primeiro Governo Lula (2003 a 2007). A metodologia utilizada para a construção de nossa pesquisa partiu de fontes exclusivamente documentais e bibliográficas. Tratou de um vasto material que foi catalogado para operar cruzamentos entre as demandas e desafios enfrentados pelos trabalhadores das ERTs e as políticas e ações correspondentes por parte do governo no período estudado.

**Palavras-chaves:** Empresas Recuperadas Pelos Trabalhadores.  
Políticas Públicas. Estado. Governo.

## **ABSTRACT**

The economic measures promoted by the neoliberal model brought consequences that were reflected in the labor precariousness of the Brazilian workers, as well as in the workers of other Latin American countries. A global model that has been announced since the 1970s and has strengthened on the continent over the following decades, precipitating a crisis that has led many companies to declare bankruptcy. Against this background, governments have tended to withdraw from their role as central actors in the task of ensuring that one of the most basic needs of the population is met, that is to say, the protection of labor. Faced with this situation, the same workers created an own alternative to unemployment, remaining in the failed companies and doing everything possible to reactivate the productive units. Companies Recovered by Workers (ERTs) thus emerge.

A new government assumes the presidency of Brazil in 2003, with the promise of being a democratic and social-oriented government, which is evidenced in its first actions, creating participatory and inclusive spaces for the development of the Solidarity Economy. But these actions did not seem to be enough for the ERTs sector, since these companies, although they could be included in this world of public policies focused on the Solidarity Economy, did not get specialized attention from the actions of the Brazilian government. This happens either because ERTs have different needs, and / or because they do not represent a political force with significant weight in the political scene. The workers' movements of companies recovered in Brazil were shy to carry out a common project that could give greater sustainability to these fragile and complex self-management initiatives in a world



governed by the laws of the market. The questions that we seek to answer in this research investigated these initiatives of self-management by the workers, the related public policies and the possible survival strategies of these enterprises, having as historical landmark the first Lula Government (2003 to 2007). The methodology used to construct our research was based on exclusively documentary and bibliographic sources. It dealt with a vast material that was cataloged to operate intersections between the demands and challenges faced by the workers of the ERTs and the corresponding policies and actions by the government in the studied period.

**Keywords:** Companies Recovered By Employees. Public Polices. State. Government.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Causas que levaram à recuperação das empresas.....	65
Tabela 2 - Localidade dos empreendimentos pesquisados.....	80
Tabela 3 - Empreendimentos segundo o setor de produção.....	81
Tabela 4 - Dados dos empreendimentos pesquisados.....	84



## LISTA DE SIGLAS

- ADS: Agência de Desenvolvimento Solidário
- ANPEC: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia
- ANTEAG: Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
- BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CONAES: Conferência Nacional de Economia Solidária
- CUT: Central Única dos Trabalhadores.
- ERTS: Empresas Recuperadas Pelos Trabalhadores
- FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- GPERT: Grupo de Pesquisa de Empresas Recuperadas Pelos Trabalhadores
- IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MFO: Movimento de Fábricas Ocupadas
- MTE Ministério do Trabalho e Emprego
- PACEA: Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários
- PNES: Plenárias Nacionais de Economia Solidária
- PT: Partido dos Trabalhadores
- SIES: Sistema de Informações da Economia Solidária
- SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego

UNISOL: União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária

MERCOSUL: Mercado Comum do Sul

UNASUL: União das Nações Sul Americanas

ALCA: Área de Livre Comércio das Américas

RILESS: Rede de Investigadores Latino-Americanos de Economia Social e Solidária

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>GRANDES TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.....</b>	<b>32</b>
2.1.	O PAPEL DO ESTADO E OS GOVERNOS LATINOAMERICANOS .....	46
2.2	INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS REDES LATINOAMERICANAS.....	59
<b>3</b>	<b>AS EXPERIÊNCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DAS EMPRESAS RECUPERADAS NO BRASIL.....</b>	<b>62</b>
3.1.	EMPRESAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES NO BRASIL .....	62
3.1.1.	<i>Origem e funcionamento das ERTs.....</i>	62
3.1.2.	<i>Primeiros casos de ERTs no Brasil e o surgimento das instituições de fomento.....</i>	67
3.1.3.	<i>Análise da situação das ERTs no período 2003-2007... </i>	78
3.1.4.	<i>Movimento de Fábricas Ocupadas.....</i>	87
3.2.	ERTS NA AGENDA DO GOVERNO LULA 2003-2007.....	92
3.2.1.	<i>Mapeamento das ações do Governo.....</i>	95
3.2.2.	<i>A proximidade das ERTs com a legislação Brasileira.....</i>	113
<b>4</b>	<b>PALAVRAS FINAIS.....</b>	<b>120</b>
<b>5</b>	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>125</b>
	<b>ANEXO X: LISTA DAS ERTS NO BRASIL (HENRIQUES ET AL, 2013, P. 244).....</b>	<b>131</b>



*A humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir.*

*Crítica da Economia Política, Karl Marx*





## 1 INTRODUÇÃO

O século XXI chegou com uma grande crise socioeconômica que afetou fortemente a América Latina, evidenciando, assim, as contradições do capital e suas consequências nas relações de trabalho. No prelúdio da crise, foi o modelo econômico neoliberal quem comandou os governos latino-americanos. Este modelo financeiro dominante nos anos 1990 junto ao conhecido plano de reformas chamado “Consenso de Washington”<sup>1</sup>, com o qual compartilha ideias fundamentais, trouxe à região uma redistribuição da receita que favoreceu os setores econômicos mais concentrados. Esta primazia foi operada mediante a transferência de recursos públicos ao setor privado (por meio da privatização de empresas estatais) assim como por meio da redução da capacidade de apropriação de recursos por parte da classe trabalhadora (através da desregulação das leis trabalhistas e do ajuste no investimento público). A instalação do modelo neoliberal em toda a região só foi possível pelo condicionamento social após anos de ditadura

---

<sup>1</sup> Williamson (2003) Professor e economista britânico, reconhecido por intitular o processo de modelo econômico neoliberal como *Consenso de Washington*. O economista é o autor do programa que sugeria as reformas políticas econômicas que os países da América Latina deveriam realizar para sair da crise das dívidas. No documento, o autor formula dez reformas com as quais concordavam os referentes de Washington da época (final da década de 1980). O nome do programa trouxe grandes debates ideológicos posteriores. Os itens das reformas eram: Disciplina fiscal, Reorganização das prioridades do gasto público, Reforma tributária, Liberação dos juros, Tipo de câmbio competitivo, Livre comércio, Liberdade para o investimento estrangeiro direto, Privatização, Desregulamentação e Direitos à propriedade.

militar, com o objetivo de inibir qualquer tentativa de participação social que prejudicasse a livre ação do mercado. Este foi, também, acompanhado por pressões para enfraquecer a posição do poder dos sindicatos, construindo um estigma social daqueles trabalhador(es)<sup>2</sup> que tinham participação política. A flexibilização trabalhista se construiu no marco de uma campanha anti-política, com a intenção de evitar a articulação solidária de trabalhadores para encontrar respostas para os problemas coletivos como dizem Paoli (2002), Ruggeri (2009a) e De Sousa Santos (2002), entre outros.

As medidas políticas neoliberais foram baseadas além das privatizações, em restrições do gasto público. Com estas medidas, houve a estagnação da regulação por parte do Estado e o início da flexibilização trabalhista, configurando um cenário de consequências devastadoras para os trabalhadores tanto no seu trabalho cotidiano quanto na insegurança da continuidade laboral (FARIA, 1997).

O próprio Williamson (2003, p. 3) afirma que “a liberalização financeira teve lugar algumas vezes sem uma supervisão prudencial apropriada”. As empresas privatizadas foram vendidas num mercado que não era competitivo, e não estavam regulamentadas de forma apropriada. O autor também afirma que metade da força laboral trabalhava informalmente. Por isso, quando sua reivindicação deveria ser a de exigir contratos de trabalho para que os trabalhadores conseguissem receber o benefício básico do seguro de saúde, direitos de

---

<sup>2</sup> Cientes de que a questão de gênero é de grande importância nas avaliações sobre as relações sociais, mas que por não ser foco de análise nesta pesquisa, decidimos utilizar o termo genérico “trabalhadores” para facilitar a fluência do texto, incluindo dentro desta categoria tanto mulheres como homens.

aposentadoria e o seguro desemprego, aconteceu que, ao invés disso, as condições de flexibilização aprofundaram a instabilidade.

O processo de abertura econômica implementado provocou um jogo excessivamente competitivo; as empresas realizaram uma extrema flexibilização que arrasou com os direitos trabalhistas. Principalmente em matéria de relações de trabalho, os salários caíram cada vez mais, a estabilidade trabalhista foi debilitada e colocada em constante risco, os proprietários das empresas aproveitaram as brechas que o sistema facilitava para desvincular trabalhadores do seu quadro e, assim, na ausência de controle, os direitos dos trabalhadores foram esquecidos em muitas das empresas. Tanto a necessidade quanto o temor que os trabalhadores tinham de perder os seus empregos, incrementaram a precariedade trabalhista, enquanto que o abuso por parte do capital crescia (POCHMANN, 2010).

As consequências negativas surgidas da combinação do programa de reformas do “Consenso de Washington” refletidas nas medidas econômicas neoliberais implementadas na América Latina foram evidentes, e os trabalhadores foram os mais afetados pela crise oriunda destas medidas. Algumas empresas entram com pedido de falência, em alguns casos pela grande concorrência motivada pela abertura do mercado internacional, em outros por uma incorreta administração dos próprios donos das empresas. Assim, diante da necessidade de sobreviver e de continuar trabalhando é que o caminho da recuperação das empresas falidas se transforma numa escolha, numa trajetória com grandes dificuldades, mas que diante das poucas, ou quase nenhuma opção que o mercado de trabalho lhes podia oferecer, era o “mal menor”.

O que são exatamente as Empresas Recuperadas Pelos Trabalhadores (ERTs)?<sup>3</sup> Segundo Andrés Ruggeri, antropólogo social pela Universidade de Buenos Aires, a definição surge em 2001, ano em que a grande crise econômica assolou também a Argentina. O termo começa a ser utilizado no calor da luta e como denominação sugerida pelos próprios trabalhadores para destacar o fato de que constitui um processo que visa recuperar uma fonte de trabalho perdida. As ERTs são um processo social e econômico que pressupõe a existência de uma empresa anterior, em que a mesma funcionava sob o modelo capitalista tradicional e no seu processo de quebra, esvaziamento e inviabilidade, levou os trabalhadores à luta para retomar as empresas de forma autogestionária (RUGGERI et al., 2014, p. 17).

Ainda que o conceito tenha surgido no ano de 2001, as experiências já tinham começado antes. O Brasil é na América Latina um dos pioneiros na luta pela recuperação de postos de trabalho. As primeiras experiências aconteceram nas décadas de 1980 e 1990, declinando em intensidade nos anos posteriores nos quais se observa uma dispersão das empresas em si e a assimilação dos empreendimentos solidários e cooperativos. No Uruguai e na Argentina a realidade se torna mais homogênea; na Argentina, a crise de 2001 proporciona um cenário no qual as empresas e fábricas ocupadas pelos trabalhadores se transformam em empresas autogestionárias com uma identidade particular. O movimento chamou a atenção do mundo inteiro pelo seu

---

<sup>3</sup> Na literatura referente à matéria no Brasil, encontramos diferentes expressões para nos referirmos às Empresas Recuperadas Pelos Trabalhadores no presente trabalho, nos referimos a estas como ERTs por ser a expressão mais atualizada (HENRIQUES et al., 2013<sup>a</sup>).

poder simbólico em relação ao questionamento da propriedade privada e a crítica à gestão capitalista das unidades econômicas. Para abordar o tema é preciso lembrar que esses processos de autogestão operária surgem em condições muito delicadas e puramente defensivas, onde o principal é a resistência, manter o seu posto de trabalho num contexto de crise que mal garante a subsistência. Esses processos se dão com um mínimo, ou sem nenhum apoio, dos partidos políticos, dos sindicatos ou de programas estatais. Eles não surgem com uma vontade revolucionária anti-capitalista, mas sim pela situação de necessidade e abandono na qual se encontravam. (RUGGERI, 2014).

As experiências inovadoras das ERTs demandam muita habilidade para se recriarem e se manterem. Enquanto os empreendimentos econômicos demandam uma abertura para estabelecer novas relações trabalhistas e sociais, por essa razão, contêm ao mesmo tempo um potencial de criatividade na hora de enfrentar grandes conflitos. Além das próprias divergências entre os trabalhadores que não se resignam em abandonar seus postos de trabalho, essa permanência na fábrica é sempre um momento de muita pressão e de muitas complicações. Em muitos dos casos, essa permanência é acompanhada com a intervenção policial, gerando situações violentas e demonstrando um vazio legal para resolver estes tipos de circunstâncias específicas. Situação essa agravada, em alguns casos, pela falta de representações sindicais.

Os desafios que este tipo de iniciativa representa foi o combustível que estimulou minha opção pela atual pesquisa. Essa inquietação pessoal surgiu desde os anos em que eu era estudante de Licenciatura em Relações do Trabalho pela Universidade de Buenos

Aires. A nossa formação acadêmica estava focada nos tipos de organização capitalista, por ser esta a forma de organização hegemônica no mercado de trabalho. Foi a partir desses mesmos estudos que começaram a surgir perguntas e questionamentos ao modelo que imperava no mercado, já que as consequências desfavoráveis aos trabalhadores após a década de 1990 foram evidentes na América Latina. Pesquisando sobre outros modos de organização do trabalho, comecei a estudar sobre as formas de organização cooperativa e tive contato com experiências de ERTs na Argentina. Já com a ideia de fazer o mestrado no Brasil, decidi continuar com a temática orientada à realidade destas experiências no Brasil.

Percebe-se que no caso do Brasil foi desenvolvida uma grande quantidade de trabalhos em relação à questão da Economia Social, especificamente sobre Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores<sup>4</sup>. Na literatura acadêmica achamos trabalhos que se referem a diferentes questões, entre eles, estudos de casos nos quais são analisadas as relações dentro das ERTs, relações entre os mesmos trabalhadores na hora de assumir uma organização nova e diferente. Também achamos trabalhos nos quais são observados os impactos das transformações, tanto na vida organizacional quanto na vida pessoal, desde o processo produtivo à segurança dentro da empresa e as relações entre os cooperados, e até a intimidade das famílias dos próprios trabalhadores. Além destes, encontramos vários trabalhos de estudos de casos comparados entre países, especialmente entre o Brasil e a Argentina.

---

<sup>4</sup> Dentre eles: Faria (1997; 2005), Paulucci (FARIA, Mauricio Sarda De, 1997) (2007, 2014), Chávez (2010), Rufino (2005) e Oda (2001)

Foi por meio do contato com os trabalhos anteriormente mencionados que a inquietação surgiu, tomando como foco o papel do Estado, uma questão que era recorrentemente mencionada, mas pendente de uma análise mais profunda. Esta foi uma matéria questionada no último levantamento de ERTs do ano 2013, onde consta uma avaliação sobre a opinião que as ERTs tinham em relação ao Estado e aos órgãos públicos. Das 46 empresas que responderam a esta questão, a grande maioria avaliou como ruim (55%) ou insatisfatória (15%), totalizando 70% dos casos. (HENRIQUES et al., 2013a, p. 188)

No levantamento do ano 2013, o mais atualizado até hoje, foram identificados 67 ERTs no Brasil. O ramo de atividade que mais ERTs concentra é o metalúrgico, com quase 45%, seguido pelo ramo têxtil com 16%; logo depois, destacam-se as empresas do setor alimentício com 13%, 10% no que foi identificado a indústria do químico e do plástico. Nos casos de menor concentração encontramos o setor hoteleiro com 3% junto com o sucroalcooleiro que conta também com 3%. Por fim, totalizam 10% o restante dos casos: nos ramos da educação, cerâmica, papel, calçados, mineração e moveleiro.

A respeito da distribuição territorial, o levantamento identificou que a maioria das ERTs se localizam na região sudeste com 55% dos casos, no sul foram achados 32% dos casos, no nordeste 10% e finalmente 3% no norte do país.

O levantamento de 2013 toma como referência, para algumas questões, os estudos de Dal Ri e Vieitez (2001) e Tauile (2005), os quais tomaremos no presente trabalho como referência também devido ao período que aqui nos interessa. Gostaríamos de destacar que o Grupo de Pesquisadores de Empresas Recuperadas (GPert) (HENRIQUES et al.,



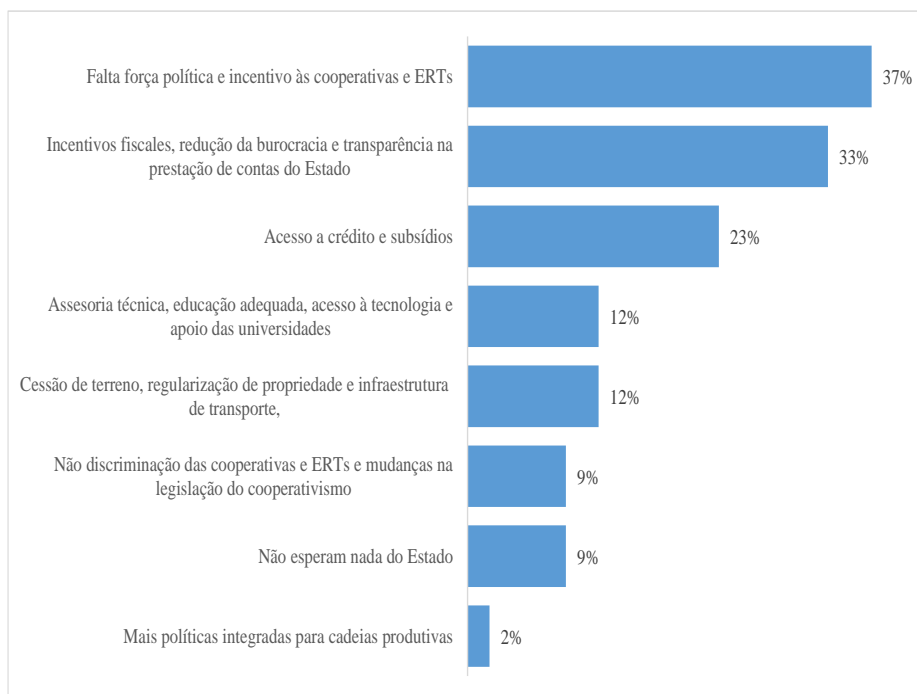
2013a) uma década mais tarde levanta algumas reivindicações que já haviam sido levantadas naquela época. Estas tratam das dificuldades na comercialização, ou no acesso a créditos, as quais constituem questões muito importantes que desenvolveremos neste trabalho e que traz como consequência outras necessidades. Como as ERTs se organizam na maioria dos casos como cooperativas, há uma lacuna nas políticas públicas atuais para que as empresas organizadas em forma de cooperativa consigam créditos que lhes possibilitem continuar trabalhando.

Na atualidade, as avaliações que os trabalhadores das ERTs têm sobre a existência de apoio do Estado, segundo o levantado por Henriques et. al (2013b), 50 casos do total de 67 responderam: a maioria (58%) informou que não recebeu apoio do Estado na recuperação, o total de casos que informou ter recebido apoio na recuperação foi 21 (42%), dos quais 8 citaram o Governo do Estado e 7 as Prefeituras. Também foram mencionados o Governo Federal, Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), bem como alguns vereadores, senadores e deputados federais; cada um destes últimos apontados por apenas uma empresa.

O levantamento de 2013 sistematizou as reivindicações que os trabalhadores das ERTs expressaram de um total de 43 casos: 37% menciona que falta força política e incentivo às cooperativas e ERTs, 33% demanda incentivos fiscais, redução da burocracia e transparência na prestação de contas do Estado, 23 % aponta necessidade de acesso a crédito e subsídios, 12% aponta a necessidade de assessoria técnica,

educação adequada, acesso à tecnologia e apoio das universidades, 12% reivindica cessão de terreno, regularização de propriedade e infraestrutura de transporte, 9% reivindica que não haja discriminação das cooperativas e ERTs e mudanças na legislação do cooperativismo, 9% não esperam nada do Estado, 2% espera mais políticas integradas para cadeias produtivas.

Figura 1 - Reivindicações dos trabalhadores das ERTs



Fonte: Elaboração própria em base a Henriques et al. (2013b)

Surgem aqui as perguntas que dão início a este trabalho. Qual foi a postura e quais foram as ações que o governo do Partido dos

Trabalhadores (PT) tomou frente a esta realidade a partir do ano 2003 quando assumiu o poder? Esta pesquisa se propôs indagar sobre as ações que o governo tomou e quanto elas se aproximaram das necessidades dos trabalhadores das ERTs, tomando como referência o primeiro período de governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula).

O Partido dos Trabalhadores chega à presidência do país com a proposta de mudar o rumo do Brasil, “Um Brasil para Todos: Crescimento, Emprego e Inclusão Social” foi o título do seu programa de governo, no qual anunciava medidas voltadas ao crescimento econômico e à redistribuição de renda que permitissem reduzir as enormes desigualdades existentes no Brasil, cujo êxito só seria possível se fosse acompanhado pela democratização do Estado e das relações sociais. Este programa propunha desenvolver a economia solidária, o combate a fome e a indigência, como também promover os pequenos negócios e as cooperativas, apoiar as micros e as medias empresas, juntamente com as iniciativas para aumentar a competitividade internacional.

Segundo André Singer (2010), o PT – que contava com 550 mil filiados em 2001 – oito anos depois passou a contar com 1,2 milhões de aderentes; no mesmo período cresceu três vezes a quantidade de municípios governados pelo PT. A quantidade de cidades em que havia diretórios do partido saltou de 40% em 1993 para 96% em 2009, também conseguiu aumentar de três para dez as bancas do senado. Foi assim que o PT ingressou no bloco dos grandes partidos do Brasil. O autor também faz uma análise do que aconteceu no ano de 2005, quando o partido é envolvido na crise denominada pela imprensa de "mensalão". O efeito do episódio não atingiu da mesma forma as diferentes camadas

sociais do partido, pois ele já havia se popularizado ao receber grande apoio em 2002 por parte dos eleitores de renda mais baixa, mas perde a simpatia entre o eleitorado de classe média, apesar de reter a camada popular conquistada em 2002.

É nesse contexto, no qual o Partido dos Trabalhadores chega ao governo tendo como presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se desenham nossos questionamentos. Qual seria o posicionamento que o governo teve em relação às ERTs? Qual a importância e o espaço que ele lhes atribuiu? Quais foram as ações e as posturas do primeiro governo Lula no poder executivo federal, de 2003 a 2007, frente à realidade das empresas recuperadas? Essas indagações teriam como pano de fundo a justificativa do perfil dessa figura tão representativa para os trabalhadores brasileiros, um presidente de origem humilde, um trabalhador e militante sindical que chega ao poder trazendo uma mensagem de esperança e de transformação da realidade de um país tão desigual.

Haveria representatividade política desses trabalhadores que tentam manter suas fontes de emprego? No caso de ser um governo que apoia as ERTs, quais são os meios e as novas ferramentas que aporta ao campo dessas empresas? Considerando a origem do Partido dos Trabalhadores (PT), foi este, no exercício do poder, um defensor dos trabalhadores das empresas "falidas"? Quais foram as ações tomadas pelo governo do PT, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como referência as necessidades dos trabalhadores das Empresas Recuperadas?

Para traçar uma estratégia visando responder estas questões, fazemos uma sistematização das necessidades dos trabalhadores das

ERTs, as quais já foram coletadas por colegas em diversos trabalhos aqui citados. Além disso, reunimos e organizamos as informações que foram publicadas a respeito das ações do governo. Bem como fazer uma análise dos pontos de encontro e desencontro entre os dois atores principais desta pesquisa.

Nosso principal objetivo é fazer uma análise do apoio que as políticas econômicas desenvolvidas no Brasil no período 2003-2007 do Governo do Partido dos Trabalhadores representam para as ERTs. Para alcançar esse objetivo, nossa primeira providência será levantar ações e medidas sobre Políticas Públicas referentes às ERTs, desenvolvidas neste período. Na seguinte etapa do trabalho vamos comparar essas medidas referentes às ERTs desenvolvidas no período de Governo 2003-2007 com as reivindicações dos Trabalhadores das ERTs. Finalizaremos o trabalho com uma análise a respeito do apoio que tais medidas representaram para as ERTs.

No primeiro capítulo da presente dissertação desenvolveremos conceitos relacionados às grandes transformações contemporâneas ocorridas no mundo do trabalho, com o objetivo de nos aproximar aos seus impactos na vida dos trabalhadores, tanto nas relações sociais com seus colegas, comunidade e família, como também em relação ao que implicam em termos subjetivos. Concluiremos este primeiro capítulo com algumas ideias sobre o papel que o Estado – como ator principal na vida social – desenvolve.

O segundo capítulo começa com a descrição da metodologia utilizada e contará com duas seções importantes: a primeira será dedicada especificamente às ERTs. Aqui, tentaremos aproximar o leitor a um panorama destas experiências, trazendo suas origens, apresentando

alguns casos específicos e o contexto no qual as mesmas interagem. A segunda seção do capítulo traz informações referentes ao governo, especificamente no seu relacionamento com as ERTs. A decisão de tratar os dois atores principais deste trabalho num mesmo capítulo foi determinada a partir da ligação dos dados e informações, considerando que deste modo a exposição ficaria mais clara.

Por último, trazemos no final do trabalho uma breve sistematização sobre os dados observados, retomando alguns dos pontos que nos pareceram relevantes no desenvolvimento da pesquisa.

Como se pode perceber pela descrição que fizemos dos capítulos que compõem esta obra, a metodologia utilizada para a construção de nossa pesquisa parte de fontes exclusivamente documentais e bibliográficas. Optamos por organizar o campo a partir dessas fontes, já que existe um vasto material. No entanto, muitas dessas informações estão dispersas no que diz respeito a esse cruzamento entre as demandas e desafios enfrentados pelos trabalhadores das ERTs, e as políticas e ações correspondentes por parte do governo no período estudado. No decorrer do trabalho poderá ser observado que trabalhamos com informações de variados estudos e organizamos essas informações com o objetivo de compreender qual é a realidade das ERTs no Brasil, ou seja: quantidade de empresas, setor no qual desempenham seus serviços, apoio que recebem, entre outros fatores. Cabe destacar ainda, que este demonstra ser um campo de estudo com grande interesse acadêmico pela quantidade de material disponível entre as dissertações e teses produzidas no país, por isso nos requereu um grande esforço categorizar os critérios dos diferentes trabalhos para alcançar nosso objetivo.

Os trabalhos de referência utilizados ao longo da pesquisa nos proporcionaram tanto dados quantitativos, como qualitativos, a partir dos quais conseguimos alcançar nosso objetivo de nos aproximar da realidade do universo observado.

Existe uma vasta produção no que se refere à Economia Solidária, mas no caso específico das ERTs a pesquisa exigiu um esforço maior. Esse esforço foi bastante estimulante, uma vez que encontramos resultados interessantes sobre discursos e ações que foram expostos e produzidos pelos diferentes atores que produziram esses fatos sobre as ERTs e, uma vez identificados, procedemos a organizá-los e analisá-los construindo nosso percurso de investigação.

Criamos, assim, um banco de dados onde incluímos todos os textos e publicações identificados nas várias fontes consultadas, as quais consideramos que nos facilitaríamos na coleta de informações para atingir o complexo estado de discussão do nosso objeto. Aqui estamos falando de fontes que incluem tanto a produção acadêmica, especialmente textos e anais científicos, como artigos de revistas profissionais e trabalhos de divulgação em sites oficiais do governo. Os trabalhos consultados foram sistematizados com o propósito de organizar os dados em ordem cronológica e também por conteúdo.

Nos baseamos, principalmente, na pesquisa online que nos fornece as informações provenientes de espaços como: O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Anais das Conferências Nacionais de Economia Social e Solidária (CONAES), Site do Grupo de Pesquisa de Empresas Recuperadas Pelos Trabalhadores (GPRT), Site da Secretaria Nacional de Economia Social e Solidária (SENAES), Site da

Fundação Perseu Abramo do Partido dos Trabalhadores, Site do Instituto Lula, entre outros.



## 2 GRANDES TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

“A Nova Grande Transformação” é a expressão utilizada por Roland Munck (2008) para descrever as mudanças que atingem o mundo do trabalho, retomando o conhecido trabalho “A Grande Transformação” de Karl Polanyi (1957), no qual foram descritos os enormes transtornos produzidos pelo surgimento do capitalismo industrial. No seu trabalho, Munck examina aspectos fundamentais da nova grande transformação, entre eles, a chamada “*Brasileñización*” – ou seja, o auge do setor trabalhista informal no ocidente – em que o autor destaca que esta é uma tendência generalizada do novo capitalismo. Em outras palavras, o que o autor identifica como características da estrutura social do ocidente na atualidade são: a diversidade, a imprecisão e a insegurança no trabalho e na vida das pessoas (BECK, 2001 apud MUNCK, 2008).

O termo “*Brasileñización*” se refere a um modo de emprego típico no Brasil e outros países latino-americanos no qual predominam formas de trabalho informais e precárias, explicita Munck (2008). O autor traz um trecho da obra do Polanyi que nos leva a refletir sobre a interação entre economia-sociedade e suas consequências: “Só quando uma economia volta a estar enraizada na sociedade [...] os indivíduos adquirem de novo um sentido da vida plena que tem suas raízes na cultura e na criatividade do povo” (MENDELL E SALLE, 1991 apud MUNCK, 2008, p. 18).

As contradições entre o mercado e a sociedade são cada vez mais profundas, e como o próprio autor afirma, é possível enxergar que existe vida além da “competitividade” que apregoam os locutores do livre mercado. É necessário que as instituições econômicas tenham as raízes na sociedade que conduz a um desenvolvimento sustentável.

Como dito anteriormente, as ERTs não surgem como uma alternativa ao modelo capitalista; elas nascem da criatividade dos próprios trabalhadores, trazendo uma resposta ao problema do iminente desemprego que os afeta.

A preocupação pelo entendimento destas oscilações que atravessam o mundo do trabalho, suas causas e suas consequências foram matéria de análise de vários autores. Dentre eles, Antunes (2005), que se refere às transformações ocorridas dentro do sistema de produção capitalista, onde estaria acontecendo a emergência de um novo regime de acumulação flexível nascido na década de 1970. Para este autor, tal regime se caracteriza pela nova "divisão de mercados, desemprego, divisão global do trabalho, capital volátil, fechamento de fábricas, reorganização financeira e tecnológica" (HARVEY, 1992 apud ANTUNES, 2005, p. 3), dentre tantas mudanças que marcam essa nova fase da produção capitalista.

Um grupo de pesquisadores, também coordenados por Antunes, contribuem à temática da flexibilização produtiva no Brasil conforme exposto no estudo intitulado *Para onde vai o mundo do trabalho? As formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil* (ANTUNES, 2014). O autor observa que as transformações ocorridas no Brasil, principalmente na década de 1990, foram de grande intensidade. Impulsionadas pela nova divisão do trabalho e pelas formulações

definidas pelo “Consenso de Washington”, essas mudanças desencadearam uma enorme onda de desregulamentação no mundo do trabalho. A chamada reestruturação produtiva no Brasil tinha uma marcada tendência ao aumento dos mecanismos de desregulamentação e da precarização da força de trabalho.

Observa-se aqui, conforme registrado por Antunes (2014), um incremento das relações de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira assinada para a de trabalhadores sem carteira assinada, especialmente durante a década de 90.

A crise socioeconômica deixa em evidência que as consequências do modelo capitalista afetam em diferentes graus os atores sociais, demonstrando que a classe trabalhadora é a mais prejudicada devido a sua *expropriação*<sup>5</sup> dos meios de produção, onde as

---

<sup>5</sup> Este é um termo que necessariamente nos remete a Karl Marx, o teórico clássico que, por excelência, nos coloca frente aos questionamentos das transformações no mundo do trabalho e às consequências do relacionamento entre capital e trabalho. Não nos aprofundaremos aqui na vasta obra do autor porque consideramos que requereria um trabalho mais detalhado. Mas tampouco queremos deixar de destacar alguns conceitos que orbitam nossa análise. No seu mais reconhecido trabalho, *O Capital*, publicado no ano de 1867, Marx aponta importantes elementos sobre as origens das relações desiguais que se apresentam no desenvolvimento do modo de produção capitalista. “*A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores*”

desigualdades do sistema se tornam ainda mais visíveis quando o capitalista – dono dos meios de produção – fecha a fábrica, ação que, conseqüentemente, deixa sem emprego os trabalhadores que só contam com sua força de trabalho para vendê-la no mercado em troca de um salário que lhes permita sobreviver.

Mas o trabalho não é como qualquer outra mercadoria, expressa Munck (2008, p. 25), já que o trabalho reflete a capacidade humana, o seu “preço” é determinado socialmente, e sua regulação depende, dentre outras instâncias, do Estado e dos sindicatos. A ideologia neoliberal, com sua política de “liberdade” das forças do mercado, requer que o

---

*assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, por tanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constituiu a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX; ENGELS, 1988, p. 252).*

A manufatura cedeu espaço à grande indústria moderna. O regime feudal da propriedade já não se correspondia com o estado progressivo das forças produtivas. Obstruíam a produção, e então veio no seu lugar a livre concorrência, constituindo-se um cenário político e social que permitisse a hegemonia econômica e política da classe burguesa. Se desenvolveram duas classes, a burguesia e o proletariado, essa classe operária moderna que só pode viver enquanto trabalha e que só vai achar trabalho na medida em que se incrementa o capital. O operário é obrigado a vender sua força de trabalho como qualquer outra mercadoria do mercado. Num trabalho prévio, Marx traz mais uma vez esta análise, no Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859), ele diz que na produção social da sua vida os homens contraem certas relações independentes da sua vontade, que são necessárias e determinadas. Estas relações de produção se correspondem com o grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O modo de produção da vida material determina, de maneira geral, o processo social, político e intelectual da vida. Não é a consciência do homem o que determina sua existência, pelo contrário, é sua existência social o que determina sua consciência.

capital não esteja ligado às rendas do governo. A tentativa do modelo é libertar o capital de todo obstáculo social e público, ao mesmo tempo em que elimina toda proteção social sobre os direitos dos trabalhadores.

São recorrentes as ações pelos trabalhadores para se defender da ofensiva constante do capital. Nos primeiros meses do ano 2000, países semi-periféricos e semi-industrializados como a Argentina, a África do Sul, a Coreia do Sul, a Índia, o Uruguai e a Nigéria, foram cenário de greves gerais contra os efeitos da globalização neoliberal, uma globalização dirigida por empresas transnacionais legitimadas pelo fundamento do livre mercado (MUNCK, 2008). Embora o debate da desterritorialização de empresas é muito amplo e escapa do nosso foco de análise, não queremos deixar de assinalar o que Klein (2001) afirma: que a abertura do mercado e as possibilidades de investimento em qualquer parte do mundo trouxeram vantagens para os investidores de capital – abrindo-lhes um cenário paradisíaco – com a possibilidade de escolher o local do mundo que oferecesse mais vantagens para as empresas. De fato, as consequências destas práticas acabam indo em detrimento da vida dos trabalhadores e, eventualmente, podem ocasionar a falência de empresas diante da crescente competitividade global.

A realidade dos resultados das crises traz inevitavelmente questionamentos para a organização do trabalho capitalista. A flexibilização foi um fenômeno global caracterizado na literatura como: “acumulação flexível”; “Ideário Japonês” ou “flexibilização do mercado de trabalho”. A descentralização produtiva, operada principalmente a partir do deslocamento de plantas industriais na procura de níveis mais baixos de remuneração da força de trabalho é um aspecto central deste modelo, como foi mencionado recentemente. Os pensadores neoliberais,

mentores desta política econômica, consideravam que o mundo deveria estar cada vez mais aberto e desregulamentado para investimentos, já que os grandes capitais fluiriam para onde as condições fossem mais receptivas. A flexibilização garantiria o aumento do lucro dos investidores capitalistas, já que permitiria diminuir os custos trabalhistas, oferecendo uma maior flexibilidade no vínculo empregatício a favor do empregador com a possibilidade até de promoção do empregado sem aumento de salário e também facilitando na redução das exigências sobre segurança e proteção física do trabalhador, entre outras medidas. (MUNCK, 2008; STANDING, 2013).

O número de trabalhadores flexibilizados foi aumentando com a expansão da agenda neoliberal, tendo como consequência a precarização das condições de trabalho. Os mais afetados pelas mudanças introduzidas nos anos 1990 ficaram desempregados, e os que ainda tinham emprego o tinham apenas em condições de informalidade, sem nenhum direito garantido, ou, na forma de trabalho temporário, sem perspectiva sobre o que iria acontecer no futuro próximo (STANDING, 2013).

Estas contradições do regime capitalista trazem consequências na vida íntima das pessoas. Nos últimos anos, ficou amplamente conhecido o caso da multinacional taiwanesa Foxconn, a maior empresa contratante do mundo. Os abusos cometidos pela multinacional, que emprega 900 mil pessoas, se tornaram conhecidos no mundo em 2010, a partir de uma onda de suicídios que aconteceu dentro do parque industrial. A grande maioria dos contratados pela empresa é composta de migrantes vindos das áreas rurais, jovens que procuram pela primeira vez emprego no mercado de trabalho em troca de baixíssimos salários.

A jornada de trabalho é árdua e extensa, os trabalhadores recém contratados são vigiados e assediados para que não trabalhem vagarosamente, submetendo-se ao ritmo frenético e incessante de trabalho, que supostamente permite manter um alto padrão de produção.

Não só o assédio provoca a angústia dos trabalhadores, mas a solidão também os ameaça, por eles serem parte de uma enorme massa de pessoas trabalhando sem conseguir estabelecer um relacionamento com os colegas. Isto se explica pelas medidas de disciplinamento, pelo intenso controle e pela alta rotatividade do pessoal. O exemplo da Foxconn configura um caso extremo, apesar de não ser o único. As exigências do capital demonstram que esta é a tendência quando as possibilidades de se envolver com o processo produtivo são nulas, ou quando as relações sociais são estáticas (PUN et al., 2014; STANDING, 2013).

Dessa forma, quem tem na sua propriedade os meios de produção é, conseqüentemente, quem tem nas suas mãos a possibilidade de propiciar – ou não – aos trabalhadores, o acesso a um emprego decente, mas ao contrário disso, apelam para tais flexibilizações a favor deles próprios. Para compor este quadro, muitos dos países periféricos aderiram a essa vertente do capital, intensificando ainda mais a mais-valia e a desigualdade.

Assim vem sendo materializado esse modelo empresarial pautado nas bases da desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, na esteira do capitalismo financeiro global, quando muitos trabalhadores ficaram sem o amparo de seus direitos (JACQUES, 2015).

Na abertura da “Conferência Nacional em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril Brasileiro”, que

aconteceu em Joinville/SC, no início de outubro de 2003, Serge Goulart, coordenador do Conselho de Fábrica da Cipla e da Interfibra (fábricas ocupadas pelos trabalhadores) e coordenador do Movimento Nacional das Fábricas Ocupadas, referiu-se a esta questão:

Nós sabemos que a crise política e econômica se amplia neste país, como se amplia em todo o mundo. Nós sabemos que os trabalhadores não são responsáveis pela crise que os capitalistas organizaram. Os trabalhadores não são responsáveis pela miséria, pelo desemprego e pelo fechamento de fábricas. No tempo de vacas gordas, o capitalista encheu o bolso, comprou whisky escocês e comprou iate. E agora que vem a crise, crise que ele foi incapaz de resolver, decide descontar no ombro dos trabalhadores, começando a demitir um por um. E quando já não consegue mais nem mesmo pagar impostos, começa a se apropriar do dinheiro da previdência; dos impostos que sustentam os serviços públicos; do FGTS, que é dinheiro do trabalhador. E, finalmente, quando não há mais o que saquear e pilhar, ele fecha as fábricas, fugindo, na maioria das vezes, com o maquinário das empresas (NASCIMENTO, 2004, p. 25).

São muitos os exemplos que mostram as consequências negativas que o modelo neoliberal traz para os trabalhadores. Neste trabalho, nos focamos no grupo de trabalhadores das ERTs, experiências que surgem no âmago deste sistema e que são resultado deste modelo contraditório.

Muitas vezes, desde a perspectiva analítica, as ERTs são vistas como experiências alternativas de organização do trabalho ao modelo hegemônico capitalista, porém, é uma necessidade entender,



principalmente, o objetivo que a origem da experiência tem para os trabalhadores, bem como também entender como é que elas surgem e convivem com o modelo hegemônico, tentando sobreviver dentro dele apesar de suas diferenças. Na maior parte dos casos, as ERTs desenvolvem seus processos de organização do trabalho sob os princípios cooperativistas, que segundo a Aliança Cooperativa Internacional na sua declaração sobre identidade e princípios cooperativos adotados em Manchester no ano de 1995 os define como: ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Assim, entendendo que as ERTs se organizam cooperativamente e que formam parte do universo da Economia Social e Solidária, tão relevante no Brasil, especialmente nas últimas décadas<sup>6</sup>.

O caminho a ser trilhado pelos trabalhadores que optam por trabalhar em cooperativas traz grandes dificuldades e transformações, as quais eles devem enfrentar. Por sua vez, as transformações que as empresas recuperadas trazem ao campo econômico não é só uma mudança dentro da organização no processo produtivo, é uma mudança que integra diversos aspectos sociais. Trata-se de uma reforma intelectual e moral, pois o trabalho autogestionado implica uma completa transformação e grande desafio para aqueles trabalhadores que passaram anos obedecendo e acatando ordens. A mudança é profunda e alcança até a intimidade da família que acompanha o processo. Esses trabalhadores enfrentam uma luta diária, muitas vezes de

---

<sup>6</sup> A Economia Social e Solidária propõe um modo específico de articular as atividades econômicas que a sociedade leva adiante para viver. O modo de produção, distribuição e consumo é baseado na justiça, horizontalidade e inclusão social. É por isso que a autogestão no trabalho é um eixo fundamental nesta perspectiva.

enfrentamentos judiciais, sobretudo a luta advinda da incerteza de que um salário chegará para garantir a satisfação das necessidades básicas.

Ou seja, não se vencem as dificuldades na primeira batalha, que é manter o trabalho e conseguir continuar trabalhando na fábrica. O desafio se incrementa quando os trabalhadores precisam “desaprender” o modo de gestão e organização capitalista, ao qual responderam a vida toda, para adquirir novos modos de organização produtiva. Trata-se de questionar mecanismos de organização incorporados pelos atores sociais por meio das instituições com as quais se relacionaram ao longo da vida.

A mudança só é total quando chega a hora em que os trabalhadores precisam dominar o processo completo da produção, em que a participação parcial acabou e eles precisam mudar sua atitude frente ao trabalho, frente à organização produtiva. É uma mudança de “habitus”<sup>7</sup>, utilizando o vocabulário de Bourdieu (1972; apud ORTIZ, 1994, p. 15); ou seja, segundo o autor, as ações das pessoas têm concordância com as relações sociais existentes, assegurando e reproduzindo essas mesmas relações. Essa reprodução é assegurada pela interiorização de valores, normas e princípios sociais. Assim, as ações dos trabalhadores são reproduzidas nas diferentes experiências organizacionais que eles vivenciam. A transformação deste “habitus”

---

<sup>7</sup> Conceito que Bourdieu (1972; Apud ORTIZ, 1994, p. 15) define como: “Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade de projeção consciente deste fim ou domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro”.

incorporado é um desafio para o novo trabalhador cooperado. Enfrentando as próprias inseguranças, as travas construídas socialmente e opondo-se ao modelo hegemônico, as ERTs surgiram desses tempos difíceis, na contramão de qualquer prognóstico negativo, eles foram em frente e conseguiram surpreender o mundo com sua luta.

A questão do desafio que esta nova forma de organização do trabalho traz para os trabalhadores cooperados foi tema de debate em alguns dos encontros da “Economia dos trabalhadores”<sup>8</sup>. Também já foi matéria de análise em diversos trabalhos, como o de Rufino (2005) que analisa os diferentes aspectos que influenciam o trabalhador e a sua própria transformação na medida em que o trabalho vai se ressignificando e moldando para responder aos novos parâmetros.

Segundo a autora, a implementação de maior autogestão e democracia nas cooperativas é um desafio a ser superado, como também a formação dos novos sócios trabalhadores dentro deste espírito, e ao mesmo tempo sendo capacitados a enfrentarem um mercado competitivo e excludente (RUFINO, 2005, p. 63).

Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci (2000) reflete a respeito do papel dos intelectuais dentro de cada grupo social, uma das questões mais importantes nesses grandes momentos de mudança para os trabalhadores. O trabalhador tem um papel dentro da organização sobre

---

<sup>8</sup> Desde 2007 vem tendo lugar os encontros internacionais da “Economia dos trabalhadores” os mesmos são realizados a cada dois anos e articulam um espaço de debate entre os trabalhadores, militantes sociais e políticos, intelectuais e acadêmicos, sobre os problemas e as potencialidades do que eles denominaram “Economia dos trabalhadores e das trabalhadoras” com base na autogestão e na defesa dos direitos e interesses da população que vive do seu próprio trabalho no marco das atuais condições de capitalismo globalizado neoliberal.

o qual tem uma responsabilidade específica, mas também sabe que há outra função que sempre fora desempenhada por “outro”, uma atividade na qual ele nunca teve participação, é a função do empresário capitalista no mundo da produção econômica, com a capacidade de dirigir e organizar a massa de homens que executam o trabalho, atividade que representa socialmente uma elaboração social superior, reservada ao grupo considerado como “intelectuais”.

Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, em todos os trabalhos existe atividade intelectual, ele considera que há um erro em ter procurado o critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais e não observar o conjunto do sistema de relações sociais no qual as atividades intelectuais se desenvolvem. No caso das empresas recuperadas, é claro que antes dela começar a ser gerida pelos próprios trabalhadores, o papel dos intelectuais ficava reservado exclusivamente para alguns cargos, era parte da organização e divisão do trabalho, enquanto a fábrica funcionava sob o controle dos proprietários capitalistas. Mas quando a empresa é abandonada por estes e os trabalhadores tomam a atividade por sua própria conta e a enfrentam com a dificuldade de ter que assumir as funções da gestão, e não somente da operação, e apesar de inicialmente eles pensarem que não estavam preparados para executar essa função, muitos casos de sucesso se transformaram em realidade.

Dessa forma, os trabalhadores vivenciaram a função de intelectuais, intrínseca a todos os homens: tanto a função intelectual de executar o trabalho, como também a de organizá-lo e geri-lo. A partir do momento em que os trabalhadores têm acesso a outras áreas da organização do trabalho, as relações sociais dentro das empresas

recuperadas mudam, e conseqüentemente, a atividade intelectual que se acha condicionada a tais relacionamentos também muda. Cada experiência é um caso diferente, inserida num contexto particular, mas o temor em não conseguir levar adiante a fábrica, geri-la e manter os postos de trabalho por falta de capacidade e por achar que não têm condições para alcançar o conhecimento necessário, é recorrente.

Vemos que o surgimento das Empresas Recuperadas no mundo do trabalho muda todos os papéis neste cenário. Mesmo sem ser uma revolução premeditada, modifica o papel do trabalhador, que começa a se posicionar agora como o protagonista das decisões elaborando sua própria concepção do trabalho e do mundo. Os trabalhadores das empresas recuperadas têm a iniciativa de recuperar a empresa por uma necessidade diante da falta de trabalho, não necessariamente respondendo a uma consignaçoão ideológica desestabilizadora do sistema.

Trabalhar obedecendo a ordens é o que se conhece, o que se aprendeu, porque foi o que se ensinou. Conformar-se com o conhecido, com o aprendido, com o que “se tem que fazer” ou mudar, é uma resposta em momento de ressignificação, como se observa nas experiências das ERTs. No Caderno 11, Gramsci (1999) fala sobre a impossibilidade de separar a filosofia da política; a escolha e a crítica que se faz da concepção do mundo, também são fatos políticos. O caso dos trabalhadores destas empresas é bem particular, eles começam com a necessidade de manter seus trabalhos e, finalmente, a realidade que a organização auto-gestionária lhes oferece é completamente diferente das experiências trabalhistas que tinham experimentado antes. A nova organização do trabalho acaba transformando sua concepção do mundo

através do acesso a atividades que contemplam agora o processo integral da produção – da qual antigamente eles eram só uma parte, como se fossem um elo isolado do conjunto. Agora, a ação de refletir sobre as atividades é parte do cotidiano, já não é uma questão de acatar a ordens alheias. As relações sociais dentro da organização mudam a partir do momento que a tomada de decisões começa a ser conjunta. O que vale a partir de agora é a palavra do coletivo.

Assim, as mudanças dentro das empresas auto-gestionadas – esta nova organização do processo do trabalho – é um exemplo das possíveis transformações que a economia pode experimentar.

Trata-se de uma reforma dentro do campo econômico hegemônico e das relações sociais e dos significados que o constituem, onde o complexo de atividades são impostas por uma classe dominante na sociedade. Essa novidade incorpora uma reforma intelectual e moral. A reforma econômica é, segundo Gramsci, o modo concreto em que pode se apresentar a reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 1999).

Observamos que num contexto de exclusão que colapsa e não dá resposta para as necessidades básicas da vida, entre elas o direito ao trabalho, as próprias forças populares geram uma mobilização que surge no campo da economia social e solidária, resgatando experiências coletivas de gerir a vida. A partir daqui, surge uma questão fundamental que nos interessa resgatar em relação à alternativa que a denominada Economia Social e Solidária propõe: a racionalidade vinculada ao aumento de lucros e redução de custos são preceitos da teoria econômica tradicional, os quais instalam a dúvida a respeito da viabilidade das experiências de economia solidária. Mas, como indica Tauile (2009, p. 323), surge a necessidade no mundo atual de atribuir outro significado

ao conceito de eficiência e viabilidade, incorporando tanto os benefícios sociais quanto os resultados financeiros. Para isso, o autor sugere que é preciso determinar o que é importante para a sociedade e construir indicadores e regras que permitam atingir tais objetivos. Desse modo, a economia solidária se apresenta como uma possibilidade de ampliar os direitos desde uma perspectiva que respeite mais as necessidades dos trabalhadores.

## 2.1. O PAPEL DO ESTADO E OS GOVERNOS LATINOAMERICANOS

A escolha do marco temporal do presente trabalho vem a acompanhar um momento específico da América Latina em que se vivenciou, na maioria dos países da região, uma opção pelos governos democráticos, na contramão dos modelos das décadas anteriores. A população latino-americana, através do ato democrático do voto, aposta em modelos que têm um apelo abertamente social e que está também relacionado à vida produtiva destes países. Analisando esta situação da América Latina, autores entendem que diante do colapso do neoliberalismo, sucedem-lhe processos de caráter transformador, representados por forças da esquerda que expandem experiências de formas alternativas de produção, distribuição e financiamento vinculadas à Economia Social e Solidária. Estas são novas opções políticas, novas formas de organizar a economia, formas diferentes de pensar a organização social (BURGOS, 2012).

Para nos aproximar a uma interpretação teórica destas experiências latino-americanas trazemos o conceito de “bloco histórico” reformulado por Antonio Gramsci; conceito que envolve as complexas esferas da economia, da política e da cultura, todas elas “produzidas” pelos homens num processo material total. Neste universo procura-se visualizar como a “área capitalista” convive – como sempre conviveu – com “áreas não capitalistas” específicas, incorporando-as de modo subordinado à dinâmica central da engrenagem capitalista (BURGOS, 2012, p. 142).

No cenário histórico estudado, percebe-se a convivência de diferentes modos de produzir a sociedade, fato que se manifesta em distintas esferas. Assim, temos por um lado, governos com viés neoliberal, onde a forte presença do capital se faz notar nas políticas de gestão em todos os níveis. Ao mesmo tempo, temos governos que pretendem abrir o diálogo a outras formas de organização produtiva e social, procurando dar espaço às demandas que surgem das próprias bases sociais. No que diz respeito às esferas mais reduzidas, representadas pelo mundo das relações de trabalho, podemos observar ambientes de trabalho altamente tradicionais, hierárquicos e regulados convivendo com espaços flexibilizados, informais e instáveis, ou ambientes de coletivos de trabalhadores que produzem empreendimentos de forma autogestionada, e dessa forma experimentam novos modos de organização do trabalho e produção.

Para a análise da experiência latino-americana que abre o século XXI, também podemos encontrar alguns suportes teóricos no



pensamento gramsciano, o qual oferece uma metodologia para estudar o nível de maturidade alcançado por um determinado grupo social. Trata-se de identificar o que o autor destaca como sendo os “momentos diversos da consciência coletiva”(Gramsci, 1999, p.35 apud. BURGOS, 2012, p. 152).

Segundo Gramsci, todo grupo social atravessa três fases, em concordância com a própria experiência histórica:

- Há um primeiro momento denominado *econômico-corporativo*, no qual começa a se manifestar a solidariedade entre os trabalhadores, o que poderíamos perceber dentro da própria fábrica e com trabalhadores de outras empresas. Ou seja, essa unidade homogênea se organiza desde o grupo social que se reconhece entre si como iguais, como um mesmo grupo profissional, mas ainda não se expande a um grupo social maior, que poderiam ser fornecedores ou redes de comércio, comunidade, etc.
- Um segundo momento corresponderia à fase na qual se adquire consciência da solidariedade e dos interesses do grupo social. Este representaria o grupo de operários como classe.
- Um terceiro momento é definido como a fase da *hegemonia ético-política*, na qual o grupo se projeta na direção do processo social. A respeito deste momento Gramsci afirma:

Um terceiro momento é aquele no qual se alcança a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, do grupo meramente econômico e podem e devem se transformar nos interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala o transcender neto da estrutura até a esfera das superestruturas mais complexas, é a fase na qual as ideologias germinadas anteriormente se “transformam” em partido, se confrontam e declaram a luta até que só uma delas ou pelo menos uma combinação delas, toma a tendência a prevalecer, a se impor e se difundir em toda a área social, determinando, além da unidade de fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, colocando todas as questões no entorno no qual a luta ferve, não no espaço corporativo, mas bem no espaço universal, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental por cima de outros grupos subordinados. O Estado se concebe como organismo próprio do grupo, destinado a criar as condições favoráveis para a expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, ou seja, que o grupo dominante é coordenado concretamente pelos interesses gerais do grupo dos subordinados e a vida do estado e concebida como um contínuo de formação e superação de equilíbrios instáveis (no ambiente da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos próprios subordinados, equilíbrio no qual os interesses do grupo dominante prevalecem até um certo ponto, ou seja não até o grosseiro interesse corporativo (Gramsci, 1999, pp. 36-37 Apud BURGOS, 2012, p. 153 tradução nossa).<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Texto original: Un tercer momento es aquél en que se alcanza la conciencia de que los propios intereses corporativos, en su desarrollo actual y futuro, superan el círculo corporativo, de grupo meramente económico, y pueden y

Entendemos, assim, que a hegemonia é um processo constituído pelos próprios agentes sociais, processo no qual os próprios agentes vêm constituir o Estado. A Hegemonia vem se manifestar efetivamente como uma nova teoria, uma teoria da “transformação social”, nos termos de Laclau e Mouffe, que explica como as sociedades complexas conseguem um processo de conquista e conservação do poder, a formação dos mesmos agentes de mudança e pensar as estratégias adequadas a sua transformação no sentido democrático-radical, socialista. Ou seja, que a sociedade civil desempenha aqui um papel fundamental, que vem para constituir estas novas relações sociais e que

---

deben convertirse en intereses de otros grupos subordinados. Esta es la fase más estrictamente política, que señala el tránsito neto de la estructura a la esfera de las superestructuras complejas, es la fase en la que las ideologías germinadas anteriormente se convierten en “partido”, entran en confrontación y se declaran en lucha hasta que una sola de ella o al menos una combinación de ellas, tiende a prevalecer, a imponerse, a difundirse por toda el área social, determinando, además de la unidad de fines económicos y políticos, también la unidad intelectual y moral, situando todas las cuestiones en torno a las cuales hierve la lucha no en el plano corporativo sino en un plano “universal”, y creando así la hegemonía de un grupo social fundamental sobre una serie de grupos subordinados. El Estado es concebido como organismo propio de un grupo, destinado a crear las condiciones favorables para la máxima expansión del grupo mismo, pero este desarrollo y ésta expansión son concebidos y presentados como la fuerza motriz de una expansión universal, de un desarrollo de todas las energías “nacionales”, o sea que el grupo dominante es coordinado concretamente con los intereses generales de los grupos subordinados y la vida estatal es concebida como un continuo formarse y superarse de equilibrios inestables (en el ámbito de la ley) entre los intereses del grupo fundamental y los de los grupos subordinados, equilibrios ellos que los intereses del grupo dominante prevalecen pero hasta cierto punto, o sea no hasta el burdo interés económico corporativo.

podem constituir uma importante participação no poder (BURGOS, 2012, p. 154).

Na experiência latino-americana dos anos 2000, se observaram numerosas experiências de participação dos grupos de classe subalterna. Um dos exemplos desse tipo de trajetória no Brasil é a experiência do “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, os quais levam adiante a luta histórica contra a concentração de terras no Brasil, contra a exploração, a expulsão e exclusão. Esta é uma luta conhecida pelo conjunto da sociedade, que se soma às lutas de resistência ao Capital e transformação da sociedade, a luta dos trabalhadores das fabricas no seio das cidades. Assim, além da disputa no âmbito rural, encontramos também espaços de resistência urbana. Sabemos que o número de experiências de ERTs não chega a ser uma porcentagem relevante a ponto de se manifestar como uma ameaça ao capital, mas estas experiências vêm sendo conhecidas com considerável rapidez ao redor do nosso continente e do mundo.

É a partir destas reflexões que surgem os questionamentos sobre o espaço que se deu à sociedade civil nos projetos políticos dos Estados latino-americanos dos anos 2000, permitindo-lhes participação na direção da sua própria vida social, construindo condições para suas próprias possibilidades, articulando seus próprios aparatos de hegemonia. Também são importantes os relacionamentos que se estabeleceram entre os países, já que a política externa de um país, além de ser um instrumento de projeção dos interesses nacionais na cena

internacional é, sobretudo, um elemento fundamental do projeto de desenvolvimento do próprio país (GARCIA, 2008).

Dentro os objetivos que o Governo Lula definiu para o ano de 2003, de acordo com Garcia (2008), tem-se a necessidade de estabelecer um aprofundamento da democracia e da inserção internacional soberana do país através da integração da América do Sul. É assim que o Brasil opta por inserir-se no mundo, por meio de uma associação com países do seu entorno, com os quais comparte história, valores e possibilidades de complementação econômica, como aponta o autor. A região tem um grande potencial, especialmente energético, se levarmos em conta suas reservas hidrelétricas, de gás e de petróleo, sua capacidade de produção de biocombustíveis, além de possuir a maior reserva de água doce do mundo e a relevância da sua agricultura. Mesmo com todas estas potencialidades, a região apresenta ainda dois grandes desafios a serem superados – que são apontados por Garcia e com os quais estamos de acordo: a pobreza e a desigualdade, bem como também a ausência de uma efetiva interconexão com os demais países da região.

Como parte dos projetos para superar a pobreza e a desigualdade social foram implementados vários programas sociais, alguns com melhores resultados que outros. De todas as formas, esta foi uma política replicada nos diferentes países como um passo decisivo para superar este desafio, mostrando ser este um processo que traz resultados positivos a médio e longo prazo (GARCIA, 2008).

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), processo de integração regional que nasce no ano de 1991, vivencia no período de estudo desta pesquisa um momento de auge e fortalecimento, facilitado

por uma maior harmonia das políticas macroeconômicas e dos projetos de desenvolvimento de seus países integrantes. Este ápice atraiu países que ainda não faziam parte do bloco, como a Venezuela, que solicitou sua adesão, e que finalmente se fez efetiva no ano de 2006, bem como a aproximação do Chile e da Bolívia que juntam-se ao bloco na condição de associados. Desta aproximação surge a ideia de criar a União das Nações Sul Americanas (UNASUL), bloco composto pelos doze países da América do Sul, com o objetivo de promover a integração econômica, social, cultural e política de seus países-membros. A proposta foi criada em 2004 e institucionalizada em Brasília em 2008. Além destes projetos e iniciativas que contribuem para fortalecer a política continental, tanto desde sua dimensão comercial, quanto da dimensão de políticas sociais com a criação de mecanismos financeiros próprios, outra questão que ilustra o caminho que a região se propôs neste período foi o fato de ter rejeitado o projeto original da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Isso ocorre na cúpula de Mar del Plata, com a presença da Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela e Uruguai, e acompanhados depois pela Bolívia e pelo Equador, já que o projeto da ALCA tinha uma marcada tendência assimétrica entre os Estados Unidos e as economias de América do Sul, além de não dar resposta a questões cruciais que eram de interesse para a região, dando ênfase numa associação mais simétrica, como é o caso do Mercosul (GARCIA, 2008).

Mas também é importante destacar como Garcia (2008) assinala que apesar dos esforços de integração implementados pela maioria dos países da região Sul-Americana houve grandes dificuldades para que

essa integração se materializasse na velocidade necessária. Todos os governos são democráticos no período focado neste trabalho, e a maioria deles respondia a uma matriz de esquerda ou centro-esquerda. No entanto, em alguns países, sobretudo em parte da área andina, verificou-se uma aceleração da luta política e uma intensificação dos conflitos sociais. Segundo o autor, a aceleração dos conflitos políticos não é mais do que um sintoma do processo de democratização por que passam alguns países após o colapso dos seus sistemas políticos esgotados. As mudanças são processos que contribuem para a diversificação produtiva, para se aproximar a um processo de distribuição de renda, e para estender a cidadania a milhões de homens e mulheres que viviam à margem do sistema político, mas encontram oposição e resistência de setores que se vêm ameaçados (GARCIA, 2008).

Neste contexto latino-americano de integração, comunicação e maior solidariedade entre os países, as formas de trabalho associativo adquirem um papel fundamental na emancipação socioeconômica das pessoas. Este é um cenário que tem mais acolhida para este tipo de experiências. Oriunda de momentos de crise econômica, a luta pela autogestão é uma bandeira abraçada por grande parte da sociedade, e até pelos mesmos representantes dos países da região. Pareceria ser este um momento propício para que a participação da sociedade civil tenha lugar e a voz dos grupos subalternos seja valorizada, conseguindo, assim, envolver-se e participar nos assuntos do Estado.

A respeito dessa questão, consideramos interessante trazer um exemplo do Estado Plurinacional da Bolívia, que em 2009 realizou um seminário denominado “Organização Econômica na nova Constituição

Política do Estado”, ocasião em que o vice-presidente Álvaro García Linera apresentou uma conferência sobre o papel do Estado no novo modelo econômico do seu país, cujo título foi “O papel do Estado no Modelo Nacional Produtivo”. Em sua análise, o vice-presidente expõe que para definir o papel do Estado é importante levar em consideração duas variáveis que são fundamentais para definir o objetivo; em primeiro lugar, a característica da sociedade no momento de tomar as decisões. Em segundo lugar, as potencialidades e as forças produtivas técnicas e sociais que a sociedade possui.

Ele explica, ainda, que na Bolívia convivem diversas formas produtivas, desde as capitalistas até a agricultura familiar e o artesanato. Linera não considera que haja só um caminho para a modernização das economias, ou seja, o do clássico investimento intensivo do capital e da produção em grande escala. Existem também, simultaneamente, outras formas de construção de desenvolvimento ou de modernização que utiliza outros tipos de faculdades, de saberes e forças produtivas, conhecimentos e relações familiares; é a economia em pequena escala que gera formas alternativas ou complementares de modernidade. Ele conclui afirmando que é o núcleo estatal quem devem apoiar essa diversidade que a sociedade possui.

Fazendo um paralelo com o Brasil, nos cabe argumentar que aqui também existe essa heterogeneidade de forças produtivas técnicas e sociais a serem levadas em conta nas estratégias de desenvolvimento. E, seguindo a lógica do posicionamento de García Linera (2008), pode-se pensar que o papel do Estado é essencial para a expansão da modernidade e a produção de outras modernidades vinculadas à economia comunitária, artesanal, ao micro empresariado, e, dentre essas



alternativas colocamos as ERTs, para que junto com a economia industrial globalizada de grande escala caminhem juntas gerando, assim, uma riqueza maior. Inclusive, focalizando nas ERTs, cabe destacar que existem empresas grandes como são os casos da Catende e a Cooperminas das quais falaremos no próximo capítulo, como também empresas bem menores, o que manifesta que o espectro do porte empresarial dentro do universo das ERTs no Brasil é de uma grande amplitude e pode requerer apoios diferenciados do Estado.

É claro que um modelo de Estado que se volta sobretudo ao apoio dessas alternativas de produção se perfila na contramão das medidas políticas e econômicas neoliberais. Por esse motivo, o apoio do Estado às ERTs sempre vai depender do tipo de entendimento das prioridades políticas e econômicas. Principalmente, porque as ERTs, mesmo que elas não tenham como propósito ser anti-hegemônicas, se inserem num modelo que traz possibilidades sociais e políticas de refazer e refundar os vínculos sociais rompidos pela crescente exclusão social e política que povoa a paisagem criada pelas políticas neoliberais (SANTOS, 1998 Apud PAOLI, 2002, p. 374). Apresentando-se, assim, um embate, pois o modelo neoliberal busca ser hegemônico.

Como já foi mencionado anteriormente, o Brasil foi um dos países que teve plena aceitação das linhas econômicas enunciadas no Consenso de Washington, durante a década de 1990 (SANTOS, 1999 Apud PAOLI, 2002, p. 387). Este período ficou caracterizado por uma visível diminuição do interesse e da capacidade estatal de regulação e um encolhimento do Gasto Público.

No seu artigo, Paoli (2002) traz a questão da herança histórica brasileira da desigualdade, tematizada como a dívida em torno da

“questão social”, que desde a segunda década do século XX (no início do desenvolvimento industrial do Brasil) se prolonga até a atualidade, caracterizando hoje um dos seus momentos mais críticos. O índice de desemprego para janeiro do ano de 2003 era de 11,2%<sup>10</sup>, e mesmo com estes dados tão dramáticos parece claro que o modelo neoliberal exige que sejam minimizadas a regulação da concentração de capitais, da formação de monopólios e do uso de fundos públicos segundo regras públicas universalizadas. Mas a resposta mais consistente conhecida até hoje para reduzir a desigualdade e abrir a possibilidade para que a maior parte da população tenha acesso aos serviços que lhes garantam não só uma vida digna, mas também tenha acesso à continuidade da vida, por meio de políticas públicas que contemplem saúde, alimentação, educação, aposentadoria, habitação, é por meio de um Estado presente que venha a intervir a favor da sua população de modo geral, e não que deixe aberta sua instrumentalização ao jogo dos interesses privados (BELO, 1999 Apud PAOLI, 2002, p. 388).

Feitas estas observações, retomamos a discussão que introduziu este capítulo, visando construir uma perspectiva sobre as ERTs, onde um dos tópicos fundamentais a ser considerado é a presença do Estado. Afinal, o Estado parece ser um instrumento crucial para dar um suporte efetivo às políticas sociais que garantam a heterogeneidade das alternativas de desenvolvimento, entre elas, pode-se abranger políticas que de alguma forma venham a dar maior sustentabilidade às ERTs. Esse argumento parece inclusive ganhar força se assumimos que é o

---

<sup>10</sup> Dado levantado do índice de Trabalho e Rendimento de pesquisa Mensal de emprego, janeiro 2003. IBGE

trabalho a atividade que garante a reprodução da vida das pessoas, mas que atualmente ele se vê ameaçado no âmbito de um sistema que mantém a desigualdade e aprofunda a insegurança na continuidade laboral. As ERTs podem não ser uma alternativa que abranja uma grande expressão numérica de trabalhadores, mas ela representa uma alternativa essencial de sustento para aqueles que dependem dela, além de representar uma experiência significativa em termos do desafio da autogestão. Pensar o papel do Estado e suas políticas de fomento parece uma boa perspectiva de caracterização das ERTs, apesar das heterogeneidades dentro das mesmas, e apesar das diferenças quanto a uma maior ou menor autonomia em relação a ele. No entanto, essas especificidades não reduzem a importância do próprio Estado para suprir as falhas do sistema, garantindo aos trabalhadores que não se encontrem em situação de desemprego e falta de renda, fonte de sustento para sua existência e de sua família. Necessariamente, os caminhos das ERTs se entrecruzam em alguma dimensão com o Estado, embora não se esgotem nessa relação, por esse motivo, procuramos neste capítulo trazer essa discussão.

Com os elementos até aqui apresentados tentamos exibir o cenário político do ano de 2003, quando o governo Lula assume a presidência do país, momento de grande agitação social, o qual é apoiado pelo povo sob a promessa de tirar o Brasil do mapa da fome, de garantir mais saúde e mais trabalho. O programa de governo apresentado durante a campanha política traz uma proposta de mudança a respeito das medidas tomadas pelos governos anteriores.

No próximo capítulo vamos trabalhar sobre os dois atores principais deste trabalho neste momento específico da história do Brasil. Por um

lado, os trabalhadores das ERTs com suas experiências, demandas e reivindicações, e por outro, este novo governo que chega com a promessa de mudança. O propósito é entender qual foi o impacto que esta nova política com ares de mudança trouxe para os trabalhadores, especificamente para aqueles trabalhadores vítimas de um sistema econômico que não lhes conseguiu garantir uma segurança no trabalho e na renda.

## 2.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS REDES LATINOAMERICANAS

No Brasil pode-se observar que a Economia Solidária tem um papel fundamental no período de 2003 a 2007, questão que se manifesta principalmente com a abertura da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária). A secretaria foi criada no ano de 2003 sob o compromisso de desenvolver uma política de fomento à Economia Solidária, dentro do mesmo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O Secretário nomeado foi Paul Singer, economista e professor da USP, e que na atualidade é a maior referência em economia solidária do país.

A secretaria nasce como o rebento do movimento. Nós somos frutos da criação do movimento de Economia Solidária, que estava se tornando nesses meses um movimento nacional, hoje presente nos 27 estados do país. Esse relato é fundamental para entender como são feitas as políticas públicas de Economia Solidária no Brasil. Elas são feitas em estreita parceria com o FBES, no qual estão todos os elementos: empreendimentos, entidades da sociedade civil

que apoiam e fomentam a Economia Solidária, a própria rede de gestores públicos principalmente municipais na época, e agora também estaduais. Ali a SENAES encontra um solo fértil onde plantar novas políticas públicas de Economia Solidária (LIANZA; HENRIQUES, 2012, p. 52).

O mesmo secretário assinalou que a SENAES já nasceu decidida a desenvolver suas políticas em estreita colaboração com o movimento da sociedade civil, majoritariamente organizada no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) que se vincula a uma grande rede de Economia Solidária, redes sociais com compromisso coletivo e solidário regidas por dimensões éticas-solidárias. No Brasil, encontramos exemplos de organizações de pequenos produtores, cooperativas e associações (rurais e urbanas), prestadores de serviços agroindustriais solidários, representantes de empreendimentos de comércio justo, grupos de agricultores orgânicos e ecológicos, setores acadêmicos, entre outros. A maioria das políticas da SENAES se destina a apoiar e ampliar ações que já haviam sido postas em prática, ou ao menos esboçadas anteriormente por movimentos sociais ou Organizações Não Governamentais (ONGs) ligadas à economia solidária. Uma das ações mais relevantes para a institucionalização da Economia Solidária que a SENAES impulsionou foi a formação em Economia Solidária, que era até esse momento desconhecida para o próprio âmbito do governo e do MTE (SINGER, 2009).

Dentro das redes do setor acadêmico, encontramos a Rede de Investigadores Latino-Americanos de Economia Social e Solidária (RILESS) que conta com mais de 200 pesquisadores nesta linha de pesquisa.

As ERTs formam parte de esta rede de Economia Solidária, as experiências tiveram uma notória expansão que teve como resultado a criação de um movimento específico que começou a se espalhar e integrar experiências dos diferentes países latino-americanos. No ano de 2005 teve lugar em Caracas, Venezuela, o Primeiro Encontro de Empresas Recuperadas Pelos Trabalhadores, onde se reuniram 263 empresas de diferentes países (BURGOS, 2012).

A partir desse primeiro encontro na Venezuela, vem ocorrendo encontros regionais e internacionais periodicamente desde o ano 2007 até a atualidade. Nestes encontros são debatidas questões referentes à Economia dos Trabalhadores, é assim que os encontros são nomeados, organizados em conjunto desde os espaços acadêmicos, com a participação dos trabalhadores de ERTs de todo o mundo. Os debates alcançam questões que se referem tanto ao funcionamento interno das experiências, onde se compartilham experiências quanto às questões externas que tem a ver com o relacionamento das ERTs com a sociedade e principalmente com o próprio Estado.

### **3 AS EXPERIÊNCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DAS EMPRESAS RECUPERADAS NO BRASIL**

#### **3.1. EMPRESAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES NO BRASIL**

Nesta primeira parte do capítulo vamos nos aprofundar nas experiências das ERTs para nos aproximar e conhecer melhor a origem e funcionamento das mesmas, logo iremos descrever alguns casos das primeiras experiências de ERTs no Brasil e concluiremos com um levantamento de 2005 sobre a matéria que aporta valiosos dados para a área de pesquisa.

##### **3.1.1. Origem e funcionamento das ERTs**

Uma questão fundamental à respeito das origens das ERTs, e que reiteramos ao longo deste trabalho, é que para nós as ERTs surgidas à partir da década de 1990 não surgem como uma alternativa desenvolvida pelos trabalhadores em oposição ao capitalismo<sup>11</sup>, como também não constituem uma transformação à organização do trabalho à

---

<sup>11</sup> As ERTs são empresas que na maior parte dos casos se organizam em forma cooperativa, os princípios que as regem são os de solidariedade, cooperação, democracia, horizontalidade, etc. é por isso que elas são inclusas no universo da Economia Solidária. A Economia Solidária se situa na perspectiva de um modelo econômico que supera as desigualdades do modelo capitalista (MANCE, 2000), devemos deixar em claro que as ERTs não nascem com esse objetivo.

partir da crise do modelo fordista-taylorista. Na realidade, elas foram uma consequência do processo de degradação do aparelho produtivo promovido pelo neoliberalismo e pela fragilização de algumas empresas diante do grande aumento da competitividade do mercado internacional decorrentes do financiamento da economia e da globalização.<sup>12</sup>

Diante da falência das empresas onde trabalhavam, e tendo que enfrentar condições desfavoráveis para a reinserção no mercado trabalhista, os trabalhadores conseguem obter, através da recuperação dessas empresas, uma resposta ao desemprego. Esta é uma questão fundamental para começar a entender o funcionamento das ERTs, a ocupação dos estabelecimentos e o retorno às atividades produtivas auto-gestionadas pelos próprios trabalhadores. Esta tarefa de recuperação surge, no início, como uma situação forçada, ela se apresenta como a única ou talvez a melhor saída diante da inevitável perda de seus empregos e o cenário de restrições do mercado trabalhista. O fenômeno é complexo e heterogêneo, cada experiência é um caso diferente, por isso é difícil realizar um relato comum que preserve a riqueza das especificidades. Esclarecemos, assim, que deixaremos de lado algumas particularidades para nos determos nas questões gerais.

Muitos dos casos de ocupação de empresas surgem diante dessa necessidade de defender o espaço de trabalho em momentos de crise.

---

<sup>12</sup> Mesmo podendo constituir *a posteriori* uma alternativa que transforma o modo de organização ao interior da empresa na hora que decidem se organizar como cooperativa, é essa uma escolha que cada experiência faz, como já foi mencionado no capítulo anterior esse é um debate amplo e muito rico, o qual deixaremos de lado por não ser o foco de análise deste trabalho.



Perante a falta acumulada de pagamento dos salários, os trabalhadores não têm a possibilidade de achar outro emprego com facilidade, e a avaliação que eles fazem é que a possibilidade de reclamarem os salários correspondentes e a tentativa de manter o trabalho se restringe a permanência na empresa. Um sistema sem controles adequados não só permitiu aos empresários gerar dívidas trabalhistas, mas também dívidas na própria empresa. A ausência de controle do Estado gerou uma grande quantidade de empresas falidas e abandonadas por seus próprios donos. Em muitos casos, a ocupação não foi resistida pelos antigos donos durante o início, além do que, se observa que em muitos casos, uma vez que a mesma começa a funcionar e é valorizada novamente, aqueles que abandonaram a empresa e a deixaram inviável, retornam com interesses próprios na hora em que os trabalhadores a tornam novamente viável (RUGGERI, 2009a, p. 16).

No que diz respeito aos casos de ERTs ocorridas no Brasil no levantamento de 2013 feito por Henriques et al. (2013b), foram identificadas as causas que levaram os trabalhadores a recuperar as empresas. As mesmas foram agrupadas nas seguintes categorias:

Tabela 1 – Causas que levaram à recuperação das empresas

Categories	Nro	%
Crise financeira da antiga empresa e/ou falência / fechamento (morte do dono)	46	81
Luta dos trabalhadores pela sobrevivência (após falência/fechamento da empresa)	30	53
Motivação dos trabalhadores para ter negócio próprio (em regime de autogestão)	28	49
Falta de pagamento dos trabalhadores/ Não cumprimento dos deveres para com os trabalhadores	25	44
Má gestão dos antigos donos ou conflito entre os donos, que levaram à má administração do negócio	11	19
Pressão dos credores/ Dívidas com fornecedores	9	16
“Desmonte” da unidade produtiva ou parte dela	7	12
Outros (demissões, dívidas tributárias/ donos com problemas judiciais)	5	9
<b>Total</b>	<b>57</b>	

Fonte: Henriques et al. (2013a, p. 46)

As causas que permitem que as empresas se recuperem nem sempre é a mesma, mas podemos afirmar, pelos relatos levantados na literatura acadêmica, que as grandes dificuldades que os trabalhadores das ERTs vivenciam é uma constante em cada uma das experiências. É um grande esforço para esses trabalhadores organizar novamente o funcionamento de uma empresa que foi praticamente destruída, e ainda com as condições que eles têm disponíveis para enfrentar essa tarefa: sem capital, sem propriedade, sem pessoal capacitado para todas as

áreas necessárias, etc. Temos que considerar ainda, que na grande maioria dos casos são os trabalhadores do chão de fábrica os que lutam pela resistência e combatem o fato de terem perdido os seus postos de trabalho. Em contraposição aos trabalhadores do chão de fábrica, o pessoal vinculado ao setor administrativo, que geralmente têm mais possibilidades de encontrar um emprego, não acompanha este processo, o que faz com que os trabalhadores se encontrem também com o desafio de uma nova tarefa, até agora reservada para o pessoal “qualificado” para esse fim. Nestas circunstâncias, as probabilidades de sucesso parecem mínimas. Mas, mesmo assim, achamos exemplos de trabalhadores que enfrentaram essa situação indesejada e que conseguiram manter sua fonte de renda, alguns com maior viabilidade que outros, mas que, entretanto, conseguiram subsistir.

Os elementos que caracterizam uma empresa de autogestão segundo Dal Ri e Vieitez (2001, p. 17) sinteticamente são: a propriedade pertence a um coletivo de associados, os trabalhadores são ao mesmo tempo os proprietários, a assembleia geral dos associados é o poder máximo de decisão, os diretores são eleitos pelos associados. Segundo os autores, esses elementos são os portadores de um significativo potencial de democratização das relações no trabalho. Porém, eles também concluem, a partir de resultados de uma pesquisa onde foram estudadas 19 organizações, que existem instâncias da realidade que se apresentam como uma grande dificuldade para a realização desse potencial. Mudar os processos de trabalho que os trabalhadores costumam utilizar nas empresas capitalistas é uma transformação difícil. Os autores consideram que essas dificuldades se acham diretamente vinculadas ao fato de que as máquinas, equipes e tecnologias utilizadas

determinam a organização do processo produtivo. As principais mudanças observadas pelas ERTs se destacam no que diz respeito às divisões de tarefas, à cadência do trabalho e ao controle do processo de trabalho.

### **3.1.2. Primeiros casos de ERTs no Brasil e o surgimento das instituições de fomento.**

Este novo fenômeno social, ao qual apelaram as classes trabalhadoras em diferentes países de América Latina, e particularmente para este estudo no Brasil, surge como uma saída no meio de um clima social que não conseguia assegurar-lhes sua reprodução de vida, e que encontra diferentes experiências e referências neste movimento de ERTs. Aqui realizaremos um resumo do histórico do início de algumas das experiências, para nos aproximar às origens do movimento. Contamos, para isso, com uma importante quantidade de estudos de casos na literatura acadêmica que nos aproximam às primeiras experiências e que citaremos no presente trabalho.

A resistência por parte dos trabalhadores de abandonar seus locais de trabalho e passar para a lista de desempregados gerou um aumento das experiências de empresas recuperadas.

A despeito de algumas iniciativas mal sucedidas, as experiências de empresas recuperadas cresceram e se multiplicaram, permitindo que alguns estudiosos falem atualmente na constituição de um sistema alternativo de produção ou, até mesmo de um novo modo de

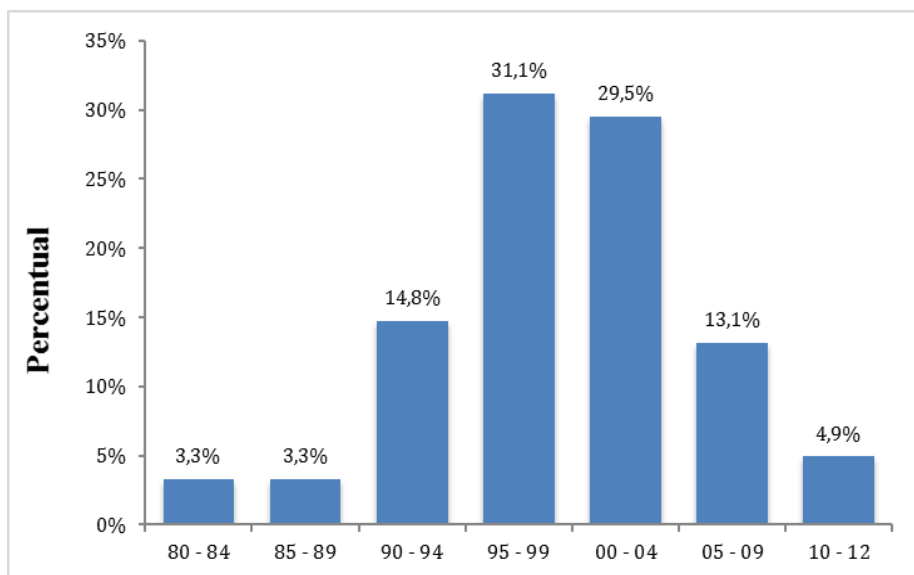
produção baseado no cooperativismo e na solidariedade (SINGER, 2002, p. 10).

A história das ERTs no Brasil pode ser dividida em três momentos. Segundo Novaes apud Ruggeri (2009a, p. 204), num primeiro momento podemos localizar alguns casos isolados durante meados dos anos 1980. O segundo momento se contextualiza com a valorização cambial e a abertura comercial do governo de Fernando Henrique Cardoso<sup>13</sup>, momento no qual surgiram a maioria das ERTs. E a partir do ano 2000 temos o terceiro momento com um menor número de casos, mas que de nenhuma forma é desprezível.

---

<sup>13</sup> 01/01/1995 a 31/12/2002

Figura 2 - Data de início da recuperação



Fonte: Elaboração própria em base a Henriques et al. (2013a, p. 51)

O primeiro caso que descrevemos se situa no norte do país, na cidade de Natal, onde no ano de 1982 quarenta operários da antiga Indústria SINTEX S.A. fundaram a COMTERN, Cooperativa dos Têxteis do Estado de Rio Grande do Norte. Assessorados pelo sindicato, iniciam uma luta pela aquisição da sede, mobiliário e máquinas. Foram apoiados financeiramente pelo Governo do Estado e obtiveram recursos do programa FIA - Fundação Interamericana. O requerimento dos trabalhadores associados era o pagamento das dívidas de seus direitos trabalhistas com as máquinas da antiga empresa que passariam a constituir o capital social da nova cooperativa. A mesma começou a

funcionar efetivamente em setembro de 1983. Registra-se hoje, como uma experiência autogestionária consolidada, a qual proporciona mais de 60 empregos diretos e beneficia mais de 240 pessoas, competindo no mercado nacional com os maiores fabricantes de etiquetas no país, em sua maioria multinacionais, primando sempre pela qualidade dos produtos fornecidos e pela condição humana de trabalho. (“COMTERN - Etiquetas Têxteis - Natal/RN”, 2017)

No ano de 1984 os trabalhadores da antiga Metalúrgica Wallig começam a gerenciar sua cooperativa de trabalho, alugando os meios de produção da empresa falida (HOLZMANN, 2001). Dividiram a metalúrgica em duas cooperativas, Wallig Sul e Wallig Norte. O que a autora destaca desta experiência é o tipo de gestão que assumem os trabalhadores que na sua condição de sócios reformularam as normas de conduta e eliminaram os mecanismos de controle que regulamentava o dia a dia do trabalho, entraram em vigência procedimentos democráticos em cumprimento da legislação que regulava a formação e funcionamento das organizações cooperativas no Brasil naquele momento. Com a intenção de eliminar a subordinação no trabalho, todos os trabalhadores passaram a ter os mesmos direitos e deveres. A autora que fez a análise do caso comenta que, mesmo assim, situações de hierarquia e disciplinamento continuavam se reproduzindo dentro da cooperativa.

Outro caso conhecido e emblemático no Brasil ocorre no Estado de Santa Catarina, na cidade de Criciúma, quando a Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá fundada em 1917 e pioneira na extração de carvão no subsolo do Sul do país, no ano de 1987 decreta a falência. Uma comissão de trabalhadores buscou apoio nos governos

municipal e estadual e, sem sucesso, partiu rumo a Brasília. Seus membros acamparam dias em frente ao Congresso Nacional até que foram recebidos pelo então presidente da República José Sarney<sup>14</sup>. Foi a partir desse momento que as autoridades concederam o comando da empresa aos próprios mineiros e liberaram uma verba para que conseguissem reabrir a mina. A empresa continua trabalhando até hoje sob regime autogestionário, visto que eles escolheram se organizar como uma cooperativa (“Cooperminas”, [S.d.]).

Faria (2005, p. 270) destaca acerca desta experiência as lutas dos trabalhadores, as quais foram intensas para conseguir manter a mina sob seu controle e impedir a venda em leilão do patrimônio para pagar os credores. O autor, que teve a possibilidade de visitar a mina durante sua pesquisa, comenta que as mudanças a respeito da segurança no trabalho foram um grande avanço, podendo ser observadas melhorias significativas na ventilação, na iluminação, na segurança e na aquisição de novos equipamentos que diminuem a poluição no interior da mina. Durante os primeiros dez anos, os trabalhadores aceitaram a reabertura da massa falida, tendo como síndico o próprio Sindicato dos Mineiros de Criciúma, até que no ano de 1997 realizou um acordo com os antigos proprietários e encaminhou a criação da Cooperminas.

Outro caso relevante e conhecido para destacar no final da década de 1980 é o ocorrido no Rio de Janeiro na fábrica de máquinas de escrever Remington. Os trabalhadores, diferentemente do caso anterior, optaram por criar uma associação de funcionários, instituição que passou a deter a propriedade da empresa (FARIA, 2005, p. 241).

---

<sup>14</sup>15/03/1985 a 15/03/1990



Uma questão importante, tanto no início do movimento de ERTs no mundo, quanto na sua consolidação e permanência, são os relacionamentos que as empresas conseguem desenvolver entre elas, já que são essas aproximações as que colaboram no fortalecimento do movimento, como menciona Ruggeri no caso argentino (2009a, p. 83); a intervenção do movimento nos momentos de conflito e ocupação dos estabelecimentos é decisiva, as organizações transmitem a experiência das recuperações anteriores, levando solidariedade, conexões políticas e sociais às novas cooperativas.

No caso brasileiro, algumas tentativas começaram a surgir junto com as primeiras experiências. Em 1991 se produz uma aproximação das duas experiências mencionadas, representantes da Cooperminas visitam a Remington e começam a se organizar para estreitar laços com outras experiências similares. O Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) colabora na organização do primeiro Seminário da Autogestão, que vai ter lugar em Criciúma, no ano de 1993. Além das duas experiências de ERTs mencionadas, participaram no encontro a empresa Caraíba Mineração (BA), Cia. Brasileira de Cobre (RS), COOMEC –ex Wallig fogões (RS) e o Centro de Valorização da Educação e da Cultura (CEVEC) escola autogestionária em Canoas (RS). O propósito do encontro foi aproximar experiências de empresas que também fossem geridas pelos próprios trabalhadores, para aprofundar as conexões de solidariedade, troca de experiências e reflexão, tendo a perspectiva de uma sociedade mais justa (FARIA, 2005).

O caso Makerli<sup>15</sup> seguiu o modelo que os dirigentes sindicais do setor calçadista conheceram através da experiência da empresa Remington. No final de 1991, os 482 funcionários da empresa de calçados receberam o aviso-prévio de fechamento da empresa. Surge como alternativa ao desemprego a proposta de comprar as máquinas fabris para que os trabalhadores possam manter as atividades da empresa, sem a presença dos antigos donos. Após várias mobilizações, conseguiram um empréstimo do BANESPA (Banco do Estado de São Paulo) para retomar a produção. A direção da empresa foi constituída pelos antigos gestores, e um conselho deliberativo fiscal, com membros eleitos periodicamente, passando a Assembleia Geral a figurar como instância máxima das decisões da Associação. O que Faria (1997) assinala a respeito do que torna a Makerli como uma experiência de referência, é o conjunto de atores sociais mobilizados para a reabertura e o funcionamento da fábrica, num período de grave crise econômica e desemprego; a luta alcança uma cobertura nacional que deriva no surgimento da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), instituição de fomento e apoio às empresas autogestionárias surgida no ano de 1994.

A ANTEAG consolida a sua estratégia de constituir-se numa associação para assessoria e consultoria de elaboração de projetos, funcionando também como intermediário com outras agências de fomento. Os principais objetivos desta instituição foram fomentar as experiências à discussão sobre as implicações sociais e econômicas das

---

<sup>15</sup>Para conhecer em profundidade o caso da recuperação da empresa de Calçados Makerliver: (FARIA, 1997)

práticas autogestionárias, incentivar e auxiliar o coletivo de trabalhadores nos aspectos vinculados à matéria jurídica, viabilidade econômico-financeira e negociações, tanto dentro da empresa do corpo cooperativo, como com os agentes externos (antigos donos, fornecedores, bancos e comunidade no geral), manter relações com outras experiências consolidadas com a perspectiva de constituir a partir dos processos cooperativos auto-gestionários um processo de viabilidade empresarial no qual os trabalhadores participem, discutam, critiquem e tomem decisões (CHAVEZ, 2010).

As fontes importantes de financiamento para a ANTEAG foram o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). No III Encontro Nacional da ANTEAG, em maio de 1996, fica latente a importância que esse acesso aos fundos de financiamento tinha para as ERTs e para a Associação. Naquele mesmo encontro, o secretário do Emprego e Relações de Trabalho do Governo de São Paulo, Walter Barelli, anuncia a assinatura de um convênio com a ANTEAG com intervenção do Banco do Brasil, para atuarem conjuntamente no Programa de Geração de Emprego e Renda do Estado de São Paulo (FARIA, 2005, p. 256).

Outra experiência, a Catende Harmonia, citada por Faria (2005, p. 270) como o mais complexo projeto de ERTs em andamento no Brasil, é uma usina de açúcar que foi fundada no ano de 1892, compreende 48 engenhos distribuídos em 26 mil hectares abrangendo cinco municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco: Catende, Jaqueira, Palmares, Água Preta e Xexéu. Na década de 50 foi considerada a maior usina açucareira de América Latina. A Usina entrou em crise no final dos anos 1980, com o fechamento do Instituto do

Açúcar e do Alcool (IAA). A situação agravou-se em 1993, quando foram demitidos 2.300 trabalhadores dos engenhos. Esta demissão em massa deu início, então, à luta dos trabalhadores, que se recusaram a deixar as casas sem o recebimento dos direitos trabalhistas. No ano de 1995 foi solicitada a falência da empresa. Naquele momento, os trabalhadores assumiram o controle com o propósito de dar início ao Projeto Catende. As dívidas totais da empresa superavam um bilhão de reais, o patrimônio foi avaliado em 67 milhões, e o passivo trabalhista em 62 milhões. No ano de 1998, os trabalhadores criaram a Cia. Agrícola Harmonia, uma sociedade anônima, que recebeu o patrimônio da antiga Usina Catende. Em 2002 foi criada a Cooperativa Harmonia de Agricultores Familiares.

Em março de 2000 foi fundada a Central de cooperativas e Empreendimentos Solidários UNISOL, que como relatado no próprio site (“UNISOL”, [S.d.]):

Surge da vontade das cooperativas criadas com apoio institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de Sorocaba, e do Sindicato dos Químicos do ABC, entre outros, que passou a agregar outras cooperativas, bem como o apoio de outros sindicatos, em uma primeira fase restrita ao Estado de São Paulo. Por sua vez, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) lançou, no mesmo ano, a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), visando organizar e fomentar o desenvolvimento local nas várias regiões do país.

Tendo como diretriz a consagração dos princípios históricos e ideológicos do cooperativismo autêntico, a UNISOL Cooperativas e os sindicatos decidiram pela constituição de uma central de empreendimentos solidários e cooperativas, em âmbito nacional, para levar adiante um projeto de

inclusão econômica e social, de democratização nos locais de trabalho, de participação no capital e nos ganhos gerados pelo próprio trabalho. Nasce assim a proposta de constituir a UNISOL Brasil. (“UNISOL”, [S.d.], p. História)

A Uniforja, empresa originalmente denominada Conforja, decreta sua falência no ano de 1999, mas o processo de recuperação teve início em 1995, com um projeto de “cogestão”. A empresa tinha sido criada no ano de 1954 na capital paulista, em 1967 foi trasladada para a cidade de Diadema. Dedicada à produção de peças de aço e tubulações para uso industrial, naquela época empregava 1170 trabalhadores. Na década de 80 se diversifica, e cria 13 empresas, no final dessa década a empresa acumulou prejuízos por causa da crise econômica e pelo afastamento do fundador da empresa por motivos de saúde. Um grupo de herdeiro passou a assumir o grupo. O passivo da empresa atingiu US\$ 111 milhões, com um patrimônio de US\$ 128 milhões. A empresa entra em concordata e começa o processo de reestruturação, o diálogo com o sindicato de metalúrgicos do ABC dá início ao processo de cogestão com os 630 trabalhadores que a empresa tinha naquele momento. (ODA, 2001)

Segundo o descrito por Nilson Oda, que fez um estudo detalhado do caso no ano de 2001, foram muitas as dificuldades que a empresa teve que enfrentar para continuar evoluindo, em princípio, porque a empresa não reconhecia a comissão de fábrica dos trabalhadores. A comunicação e a administração participativa que tinham sido planejadas não ocorriam por causa da desconfiança de ambas as partes. Para tal fim, foi assinado um “protocolo de intenções” em agosto de 1995 entre a empresa, o Sindicato e a comissão de fábrica,

uma proposta de cogestão em que os trabalhadores passam a participar de algumas instâncias de decisão, com a perspectiva de assumirem o controle de parte das ações da empresa, na tentativa de minimizar conflitos para o saneamento da empresa e o aumento da produtividade.

Em junho de 1997 uma nova crise da cogestão irrompe, e se coloca como um desafio perante a tentativa do trabalho conjunto entre a empresa e a comissão de fábrica. Segundo Oda (2001), essa etapa de cogestão foi fundamental para que os trabalhadores possam começar a pensar na possibilidade de criar uma cooperativa, proposta que finalmente teve lugar em dezembro de 1997, quando uma parte dos trabalhadores do setor realizaram uma assembleia e fundaram a Coopertratt – Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Tratamento Térmico e Transformação de Metais. Após a formalização jurídica, foi estabelecido o “contrato de arrendamento, prestação de serviços e outras avenças” entre a Conforja e a Coopertratt, permitindo aos trabalhadores a utilização das instalações e equipamentos. No ano de 1999 se produz a falência definitiva da Conforja e os trabalhadores finalizam formando a cooperativa UNIFORJA (Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia).

Em meados da década de 90, surgiram as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que pertencem a universidades e se dedicam à organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho, oferecendo apoio administrativo, jurídico-legal e ideológico na formação política. Estão integradas à Unitrabalho, uma fundação voltada ao movimento operário, que tem mais de oitenta universidades filiadas (SINGER; DE SOUZA, 2000).

O apoio sindical mais forte às ERTs iniciou-se após as pressões dos trabalhadores que enfatizavam as experiências. O apoio dos sindicatos foi decisivo no desenvolvimento dessas experiências. Cada um atua de maneira diferente, não existe uma única tendência na forma de agir dos sindicatos frente às recuperações de empresas no Brasil. Entretanto, pode-se destacar que a Central Única de Trabalhadores (CUT), na região do ABC paulista e no setor metalúrgico, é um dos sindicatos que oferece grande apoio e incentivo para a formação de cooperativas (HENRIQUES et al., 2013b)

### **3.1.3. Análise da situação das ERTs no período 2003-2007**

Para esta análise, contamos com um trabalho coordenado pelo professor José Ricardo Tauile (2005) no âmbito do Convênio MTE/IPEA/ANPEC para desenvolvimento de estudos sobre Economia Solidária e Autogestão. O objetivo do levantamento foi a constituição de referenciais para a construção de uma tipologia de empreendimentos de autogestão brasileiros que recuperaram as atividades de empreendimentos desativados por motivo de falência da empresa, ou pela paralisação produtiva de empresas em estado pré-falimentar, com o propósito de avançar na compreensão do fenômeno e munir o poder público com informações e perspectivas concretas, para a elaboração de políticas públicas direcionadas às reais necessidades das experiências existentes no Brasil. Nesta seção, mencionaremos dados referentes ao levantamento que especifica a situação real das ERTs no espaço de tempo proposto para a análise desta pesquisa (2003-2007).

O levantamento (TAUILE et al., 2005) foi realizado a partir de uma amostra dos casos mais significativos do ponto de vista socioeconômico e político, e que fossem representativos dos diversos setores econômicos, das diversas regiões do país e das várias instituições de representação e fomento. O trabalho de campo compreendeu a pesquisa de 27 empreendimentos auto-gestionários de recuperação de massa falida ou em processo falimentar, distribuídos em oito estados do país. A exposição de dados baseou-se somente naqueles empreendimentos que contaram com a aplicação do roteiro de entrevista, totalizando 25 casos; a Interfibras e a Enxuta/Atlas/Eletrocoop não entraram no conjunto dos empreendimentos tabelados por razões diversas.



Tabela 2 - Localidade dos empreendimentos pesquisados

<b>EMPREENHIMENTO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>ESTADO</b>
GERALCOOP	Guaíba	RS
CTMC	Canoas	RS
COOPEREI	São Leopoldo	RS
FUNDECCOOPE	Caxias do Sul	RS
REFRICOOP	Caxias do Sul	RS
COOPERSHOES	Picada Café	RS
COOTEGAL	Caxias do Sul	RS
RENACOOOP	Novo Hamburgo	RS
COOPHOTEL	Caxias do Sul	RS
COOPERMINAS	Criciúma	SC
COOPERMETAL	Criciúma	SC
CIPLA	Joinville	SC
COOPERMAQ	Urussanga	SC
COOPERBOTÕES	Curitiba	PR
UNIWÍDIA	Mauá	SP
COFAZ	Osasco	SP
UNIFORJA	Diadema	SP
PLASTCOOPER	S. Bernardo Campo	SP
COOPRAM	Embú	SP
COOPARJ	Duque de Caxias	RJ
COOMEFER	Conselheiro Lafaiete	MG
COOPERMAMBRINI	Vespasiano	MG
MAMBRICAR	Pedro Leopoldo	MG

Fonte: Tauile et al.(2005, p. 22)

Em relação aos setores das empresas, existe preponderância no ramo metalúrgico. Veremos, a seguir, a disposição dos setores de produção.

Tabela 3 - Empreendimentos de acordo com o setor de produção

SETOR DE PRODUÇÃO	EMPREENDIMENTOS
Metalúrgico	12
Vestuário e Calçados	5
Plástico	3
Marcenaria	1
Hoteleiro	1
Moveleiro	1
Têxtil	1
Máquinas / Equipamentos	1
Sulcro-Alcoleiro	1
Mineração	1

Fonte: Tauile et al.(2005, p. 28)

De acordo com o relatório, o motivo que levou aos trabalhadores a auto-gestionar a empresa que os empregava antigamente foi, na maioria dos casos, o encerramento das atividades pelo proprietário anterior e a falência das empresas. De fato, 7 dos casos revelaram que o processo de formação de cooperativas iniciou-se em cogestão com os antigos donos. Essa interação efetivamente tem

contribuído para o conhecimento dos procedimentos para os cooperados, mas também trouxe dificuldades já que o repasse da informação nem sempre era genuíno.

Uma das principais dificuldades levantadas no relatório refere-se à falta de capital de giro e à falta de crédito para adquirir equipamentos e maquinário. Ao qual vem a somar-se o descrédito que a empresa anterior gerou no mercado com dívidas e não cumprimento de compromissos. Igualmente, o enfrentamento com a resistência, por parte dos clientes, para a comercialização dos produtos, já que eles estavam vinculados à empresa anterior.

A outra dificuldade listada surge da saída de trabalhadores especializados que têm possibilidades de emprego disponíveis no mercado mais seguras do que os trabalhadores de chão de fábrica, que são os que geralmente ficam para tomar conta da empresa.

Um dos dados centrais da pesquisa foi o número de trabalhadores de cada empreendimento, levando em conta a divisão entre sócios cooperados e trabalhadores contratados pelo empreendimento. Os trabalhadores contratados podem se tornar cooperados após 3 anos de experiência e também após a aprovação da assembleia. O conjunto de empreendimentos pesquisados reunia um total de 8.317 trabalhadores ativos na soma total de sócios e contratados (TAUILE et al., 2005, p. 11).

Também foi apontada a necessidade de formação e treinamento nas demandas sobre orientações metodológicas e organizacionais na área financeira, comercial e de administração. Foi destacada, igualmente, a necessidade de capacitação na área de qualidade para atender as demandas dos selos de qualidade ISO. Qualificações técnicas

para o desenvolvimento de operações específicas no processo produtivo para atender melhor os projetos ou diminuir custos de instalação e manutenção dos equipamentos. Além disso, se relevou a necessidade de formação e capacitação no que se refere a gestão cooperativa e autogestão

Os equipamentos utilizados nas ERTs são oriundos das massas falidas, a maioria deles são velhos e com pouca manutenção; o maquinário utilizado para a produção pelos empreendimentos possui em média 40 anos. Os empreendimentos informaram que utilizam 50% da capacidade produtiva instalada, mas alguns chegaram a assinalar a utilização atual de apenas 20%. A defasagem a respeito da concorrência é grande, somado ao fato de que uma empresa com maquinárias antigas precisa maior quantidade de mão de obra.

Tabela 4 - Dados dos empreendimentos pesquisados

EMPREENHIMENTO PESQUISADO	ANO DE INÍCIO	TOTAL DE TRABALHADORES	FATURAMENTO BRUTO ANUAL (em R\$ aprox.)	SETOR
A	1997	38	360.000	Metalúrgico
B	1996	25	960.000	Metalúrgico
C	2001	46	1.270.000	Metalúrgico
D	2001	130	2.350.000	Metalúrgico
E	2002	92	3.800.000	Metalúrgico
F	1998	42	3.901.000	Metalúrgico
G	2002	150	4.000.000	Metalúrgico
H	1999	86	6.000.000	Metalúrgico
I	2001	140	8.000.000	Metalúrgico
J	2001	670	11.000.000	Metalúrgico
K	1999	135	16.800.000	Metalúrgico
L	2000	490	115.000.000	Metalúrgico
M	1995	80	750.000	Vestuário/Calçados
N	1994	537	3.000.000	Vestuário/Calçados
O	1998	990	84.000.000	Vestuário/Calçados
P	2004	100	3.000.000	Vestuário/Calçados
Q	2000	56	1.200.000	Plástico
R	2003	850	33.000.000	Plástico
S	1999	20	480.000	Marcenaria
T	2003	39	600.000	Hoteleiro
U	1999	22	900.000	Moveleiro
V	1999	126	7.000.000	Têxtil
X	2004	63	7.800.000	Máquinas/equipamentos
Y	1995	2.700(*)	30.000.000	Sucro/alcooleiro
Z	1987	700	40.000.000	Mineração

FONTE: Tauile et al. (2005, p. 54)

(\*) O Projeto Catende envolve cerca de 4 mil famílias, o equivalente a 20 mil pessoas. No período da safra são 2000 trabalhadores no campo e 700 na indústria; no período da entressafra, este número cai para 350 trabalhadores na indústria, mantendo-se os trabalhadores do campo. Para a tabulação, foi considerado o número de 700 trabalhadores, visto que o foco da análise é voltado aos empreendimentos de produção industrial.

Também foram levantadas questões qualitativas referentes às dificuldades e desafios que as ERTs enfrentam, como a falta de continuidade da assessoria, tanto dos sindicatos quanto das instituições de representação e fomento. Em muitos casos, o apoio se dá nos primeiros meses – ou anos – da constituição, e não existe, em seguida, um acompanhamento continuado. Por esse motivo, surgem várias demandas, a maioria a respeito das questões jurídicas pela falta de informação, recursos e suporte técnico.

Os obstáculos que os trabalhadores enfatizaram, segundo o informe, é o acesso ao crédito, o não reconhecimento das especificidades dessas experiências por parte das instituições financeiras públicas e a dificuldade de oferecerem garantias devido à situação judicial do patrimônio das empresas. Isso torna o acesso ao crédito algo praticamente inalcançável.

Uma questão importante levantada no trabalho é a forma de propriedade das ERTs. Não existe legislação específica para esse tipo de empreendimento, o que às vezes se transforma num grande obstáculo. Os processos de transferência dos meios de produção para os trabalhadores, na maioria dos casos demoram vários anos, o que dificulta a consolidação e a formalização da experiência, e com isso, o

acesso ao crédito, a possibilidade de participação em licitações públicas, etc.

Em alguns casos, como o das empresas Remington e a Makerli, optou-se por formalizar a experiência por meio da associação. O problema é que a associação fica impedida pela legislação de realizar a comercialização dessas mercadorias. A forma utilizada mais comum foi o modelo cooperativista, só que na época havia uma resistência para se formalizarem como cooperativas, devido a existência de falsas cooperativas, empresas que usavam a figura e contratavam pessoal sem respeitar o princípio de solidariedade e democratização que o cooperativismo propõe.

A partir da amostra estudada no levantamento, verifica-se que na maioria dos casos os sindicatos assumem o papel de protagonistas nas empresas em recuperação. Assim, pelo que consta para esta etapa, a autonomia da empresa, no que diz respeito ao sindicato, é relativa, e eles não o consideram um atrelamento já que neste primeiro momento o sindicato atua em defesa dos interesses dos trabalhadores. Mas existem também casos em que os trabalhadores encontram no sindicato indiferença em relação à sua experiência.

Cabe destacar que nos casos bem-sucedidos, após transcorrer um certo período de tempo, são os próprios trabalhadores que passam a assumir uma atitude ativa no plano político institucional, participando de eleições, conselhos ou comissões tripartites, atuando no campo dos partidos, dos movimentos sociais, etc. Segundo o relatório, conseguiram observar alguns casos de “empoderamento” institucional de seus quadros, conquistando espaços institucionais em câmaras de vereadores, assembleias legislativas, governos municipais e estaduais, órgãos

públicos federais, etc. Como os autores indicam, este é um momento de maior maturidade dos trabalhadores das ERTs. Esses momentos de luta inicial são cruciais para a continuidade ou não da experiência; uma vez que estes momentos são superados, a experiência se consolida e os trabalhadores se familiarizam com seus processos econômicos, dando agora sim, a possibilidade de que eles possam dar atenção a outras questões estratégicas, como a capacitação profissional, a participação na vida política e a definição de uma ação coletiva de intervenção dos trabalhadores no plano institucional.

Outra temática de grande relevância tratada no relatório é a questão jurídica, o regime sob o qual as ERTs regulamentam sua atividade é aquele disposto pelo Estado de direito, tratados no âmbito do direito econômico, comercial, civil e outros. Não existem respostas sistemáticas com instrumentos e ações objetivas pelos órgãos competentes. Tais iniciativas geralmente se enquadram no formato jurídico de sociedade de pessoas, cooperativas de produção industrial, sem a possibilidade de ter acesso a instrumentos de fomento e suporte. O que se observa é que o Estado não está preparado para atendê-los com tais características. A conformação de um quadro institucional que reconheça e formule um marco jurídico para esses entes é necessário e urgente.

### **3.1.4. Movimento de Fábricas Ocupadas**

Além das experiências de ERTs mencionadas, existe no Brasil um grupo de empresas – também recuperadas por trabalhadores – que reivindicam ao governo federal a estatização da empresa. Os mesmos



trabalhadores se inserem numa vertente diferente da das ERTs apresentadas até então, e é por isso que as destacamos aqui como experiências particulares. São quatro as ERTs que iniciaram o Movimento de Fábricas Ocupadas (MFO): Cipla (Joinville-SC), Interfibra (Joinville-SC), Profiplast (Joinville-SC), Flaskô (Sumaré-São Paulo) (PAULUCCI, 2014, p. 91).

As quatro empresas pertenciam ao grupo econômico Hansen, cuja história inicia-se na década de 1940 na cidade de Joinville. Paulucci (2014) descreve o desenvolvimento do grupo econômico desde as suas origens até a formação do MFO. Resgataremos aqui alguns aspectos de cada uma das experiências narradas no seu trabalho.

- *A Cipla*: Indústria de Materiais de Construção Companhia Industrial de Plástico, foi a primeira subsidiária do grupo, fundada no ano de 1963.

Na década de 1990 foram registrados os primeiros conflitos na empresa, desde a falta de inserção de capital até o não cumprimento de suas obrigações sobre os direitos trabalhistas tais como o pagamento das contribuições previdenciárias e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGST); não obstante as denúncias e as condenações, eles conseguiram negociar e continuar administrando a empresa sem cumprir com os pagamentos. Quinhentos trabalhadores organizaram a primeira paralisação em janeiro de 2002, reivindicando todas as dívidas que os donos da empresa tinham com eles. Os trabalhadores tiveram seus empregos ameaçados, o que não tardou em acontecer, quando 140 pessoas ficaram sem

emprego. Nesse mesmo ano um dos trabalhadores demitidos solicitou ajuda e foi recebido por um vereador do Partido dos Trabalhadores, que por sua vez convocou outros dirigentes políticos do PT e da CUT para apoiar o início da greve. Com uma semana de negociações com os donos, conseguiram que eles cedessem a administração da empresa aos trabalhadores (PAULUCCI, 2014, p. 97).

- *Interfibra*: Também envolvida numa crise, aderiu à greve da Cipla. A empresa que chegou a ter 600 funcionários, iniciou a partir da década de 1990 uma crise similar à da Cipla, reduzindo sua equipe para 200 funcionários. Os trabalhadores acamparam na frente da empresa e foram reprimidos com truculência policial. A solidariedade popular se fez presente diante deste ato ofensivo desmedido. Os coordenadores da comissão de fábrica não aceitavam a proposta de formar uma cooperativa como um processo de recuperação válido. A proposta deles era reivindicar ao governo a estatização da empresa, ação que eles justificavam como sendo tanto para garantir a manutenção dos empregos correspondentes às duas fábricas recuperadas (Cipla e Interfibra) quanto para que o governo receba as dívidas acumuladas com os Ministérios da Fazenda e Previdência Social acumulados pelos antigos donos (PAULUCCI, 2014, p. 101).
- *Profiplast/Unipol*: Esta experiência foi a favor da estatização no início da sua recuperação. Este também foi

um caso proveniente de uma crise gerada por dívidas de impostos, tributos e direitos trabalhistas e previdenciários. No ano de 2004, os trabalhadores da Profiplast, apoiados pelas comissões da Cipla/Interfibra, tomaram o controle da fábrica, decisão que foi discutida numa assembleia geral com 150 trabalhadores. No final de 2005, um interventor foi nomeado pela justiça para trabalhar juntamente com os trabalhadores e analisar a situação econômica da empresa. A partir daí, os trabalhadores se afastaram do MFO, abandonando a proposta de estatizar a fábrica.

Em 2007, após decretada a falência, apoiados pela UNISOL, os trabalhadores conformam a Cooperativa dos Trabalhadores na Indústria de Polímeros de Joinville (UNIPOL) (PAULUCCI, 2014, p. 103).

- Flaskô: Situada na cidade de Sumaré, no interior do estado de São Paulo. A história se repete mais uma vez, com a crise da empresa que teve início na década de 1990 e o não cumprimento das obrigações com os direitos trabalhistas. A empresa que tinha chegado a funcionar com 600 trabalhadores, é reduzida a apenas 65 funcionários, após várias ondas de demissões (OLIVEIRA RASLAN, 2007 Apud PAULUCCI, 2014, p. 107).

Em meados de 2003 os funcionários demitidos se juntaram a 350 trabalhadores da Cipla e da Interfibra e se organizaram numa caravana rumo à Brasília. Obtiveram o

controle da fábrica e reativaram o trabalho restabelecendo contato com fornecedores, clientes, devedores e credores.<sup>16</sup>

A autora, Paulucci (2014), descreve que um dos argumentos com o qual os integrantes do MFO justificaram a reivindicação da estatização foi a responsabilidade do governo com as dívidas das empresas, ocasionadas pela ausência de um controle efetivo, além da crítica que este grupo específico tem em relação ao cooperativismo.<sup>17</sup>

Na apresentação do livro-reportagem de Nascimento (2004), Serge Goulart<sup>18</sup> afirma que a vitória de Lula fez a classe trabalhadora sentir-se forte para ir em busca do que lhe pertencia, ou defender aquilo que já tinha conquistado. Em fevereiro de 2003, uma comissão das duas fábricas (Cipla/Interfibra) foi recebida em Brasília pelo ministro do Trabalho, Jacques Wagner, “*O Ministro foi enfático ao dizer que a falência não interessa a ninguém, ainda mais que o governo busca a retomada do desenvolvimento e da geração de emprego*” relatou o deputado federal Carlito Merss (Jornal o Trabalhador, nº 530 06 a 20/02/03 Apud NASCIMENTO, 2004, p. 99). Em desse mesmo ano, 70.000 trabalhadores assinaram uma carta na qual pediam ao Presidente da República que assumisse essas duas empresas, estatizando-as e,

---

<sup>16</sup>Segundo relata Paulucci (2014, p. 108) a Flaskô é a única das empresas que fizeram parte do MFO ainda em funcionamento.

<sup>17</sup>Para mais informações a respeito da crítica do MFO ao cooperativismo ver (PAULUCCI, 2014, p. 109)

<sup>18</sup>Serge Goulart foi um dos organizadores da mobilização dos trabalhadores da Cipla e Interfibra. Fundador do PT e da CUT, dirigente do partido em Santa Catarina.

assim, salvar mais de 1.000 empregos. Trezentos e cinquenta trabalhadores se organizaram numa caravana rumo a Brasília. O presidente os atendeu, e na audiência ele descartou a possibilidade de estatizar as duas fábricas. Porém, nessa mesma reunião, Lula decidiu formar um grupo de trabalho para estudar a situação e ajudar de forma prática e imediata as empresas para que não fechassem as portas. Segundo relata a autora do livro, o próprio Lula disse aos trabalhadores “*É muito mais fácil manter mil empregos do que gerar mil novos postos de trabalho*” (NASCIMENTO, 2004, p. 99).

Perante estes acontecimentos, continuamos o percurso deste trabalho observando as ações e o posicionamento que o governo teve perante às ERTs. Sabemos, até aqui, que a estatização não fazia parte do plano, mas que salvar empregos de empresas que faliram e formaram posteriormente cooperativas, era uma possibilidade viável, segundo as palavras do então presidente da República.

### 3.2. ERTS NA AGENDA DO GOVERNO LULA 2003-2007

A origem do Partido dos Trabalhadores data do início de 1980, “o PT surgiu com a necessidade de promover mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas”, segundo relata o próprio site do partido. (“Nossa História”, [S.d.]) O Brasil se encontrava ainda sob a ditadura militar, e vivia um contexto político, econômico e social marcado por intensas mobilizações, quando o PT, com Luiz Inácio “Lula” da Silva, líder sindical e um dos fundadores mais representativos do partido, consegue

o reconhecimento oficial do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral como um partido político brasileiro, no dia 11 de fevereiro de 1982.

O Partido dos Trabalhadores vence no ano 2003 com Luiz Inácio da Silva eleito presidente da República.

O Partido dos Trabalhadores é uma associação voluntária de cidadãs e cidadãos que se propõe a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático. – Estatuto do PT, Artigo 1º.

No dia 22 de junho de 2002, antes de vencer as eleições, o então candidato a presidente, Lula, dirige uma carta ao povo brasileiro. A proposta da carta se detém sobre o tema da mudança, mudar para crescer, incluir, pacificar. Conquistar o desenvolvimento econômico, onde menciona também a indispensável necessidade de incrementar a atividade econômica junto ao desenvolvimento de políticas sociais consistentes e criativas. Reformas estruturais que democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção, reforma trabalhista, etc.

Foi também material do seu programa de governo questões que se aproximam das propostas das ERTs, na seção *mais e melhores empregos* (“» Programas de governo”, [S.d.]), em que foi nomeada a importância de difundir programas de capacitação de médio e longo prazo, voltados tanto para ocupações de natureza assalariada, autônomas

e de coletivos de trabalhadores. Outra das ações básicas propostas no programa do governo foi a formulação de um estatuto jurídico para dar vazão às iniciativas de pequenos e micro empreendimentos, especialmente aqueles situados no âmbito da chamada economia solidária. No programa, também se alude à necessidade de alterar dispositivos do código de trabalho, procurando adequá-los às formas ocupacionais que decorrem da economia solidária e que ainda se encontram sem parâmetros legais satisfatórios. A geração de emprego e renda foi uma das preocupações que o governo do Partido dos Trabalhadores incluiu na agenda política desde a campanha política e do início do mandato.

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz. Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio. São, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

Luiz Inácio Lula da Silva, Discurso na sessão de posse, no Congresso Nacional, Brasília, 1º de janeiro de 2003.

### 3.2.1. Mapeamento das ações do Governo

Desenvolveremos aqui um levantamento das incumbências e políticas públicas relacionadas à Economia Solidária que foram realizadas pelo governo durante o primeiro mandato de Luiz Inácio da Silva. Nos casos em que essas políticas contemplam as ERTs, listaremos algumas das necessidades levantadas e o tratamento que foi dado às mesmas. Também, tentaremos revelar qual é a consideração que o governo atribui para este setor. Como as ERTs se inserem dentro das manifestações da Economia Solidária, nossa abordagem se inicia neste setor mais abrangente, para em seguida focarmos em nosso objeto de estudo, e alcançar assim as especificações que atingem nosso alvo.

Este material foi coletado por meio de um mapeamento no qual foram identificadas e organizadas diferentes publicações com informação pertinente. Foram considerados: o Boletim do Mercado de Trabalho publicado pelo IPEA, o relatório final da I Conferência Nacional de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a Rede de Gestores de políticas públicas, o Mapeamento da Economia Solidária no Brasil do ano 2005 e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

- *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*

Iniciaremos o levantamento com as publicações do Boletim do Mercado de Trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (“Ipea”, [S.d.]), o qual apresenta como a sua missão “aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimento e assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas”. A revisão das publicações começa no



Boletim nº 21, de fevereiro de 2003, mas encontramos informações a respeito da Economia Solidária apenas no nº 24, que foi publicado em agosto de 2004. Neste número, encontramos artigos que descrevem as primeiras ações do governo que são relevantes para nossa análise.

No primeiro artigo do boletim (SINGER, 2004), o Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego relata que foi aprovado pelo Congresso Nacional o projeto de lei do Presidente em junho de 2003, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que surge com a missão de difundir e fomentar a economia solidária, dando apoio político ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. São também da sua incumbência ações no combate à precarização do trabalho, a atualização da lei de cooperativas para evitar a espoliação dos trabalhadores e garantir seus direitos. A economia solidária é vista como uma alternativa, um sistema financeiro diferente, solidário, popular e comunitário.

No boletim nº 28, o advogado Wagner Augusto Gonçalves faz uma análise da nova lei de falências 11.101, lei essa que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Esta lei entrou em vigor no final de maio de 2005. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. Faremos uma análise mais detalhada dos efeitos da nova lei no final deste capítulo.

Listamos também o levantamento já trabalhado na seção anterior, *Uma tipologia da autogestão: cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou em estado pré-falimentar* de Tauile et al. (2005) como parte das ações que o governo desenvolveu, já que a pesquisa foi elaborada através de um convênio que envolve a Associação Nacional dos Centros de Pós Graduação em Economia (ANPEC), o MTE e a SENAES junto ao IPEA, com o propósito de formular um esboço de tipologia de projetos no Brasil de maneira a subsidiar a formulação de política pública — política social e política de capacitação para concorrência — voltada para fomentar o desenvolvimento do segmento socioeconômico específico da Economia Solidária e da autogestão. No boletim nº 28, um artigo dos mesmos autores (TAUILE; RODRIGUES, 2005) resume algumas das dificuldades levantadas na pesquisa, entre elas: acesso ao crédito para poder substituir equipamentos fora de funcionamento da antiga empresa, para participar dos leilões da massa falida, para capital de giro, ou ainda, para saldar dívidas tributárias. Além da defasagem tecnológica, que se configura como outro problema recorrente em praticamente todos os empreendimentos do gênero. A ineficiência burocrática também é um problema, a qual é agravada pela ignorância quanto aos procedimentos administrativos cabíveis no que tange à organização e à administração da produção, levando em conta a dificuldade de operar na legislação vigente em função do precário reconhecimento institucional desse tipo de empreendimento.

No boletim nº 39, Paul Singer (2009) descreve dentre as ações do governo, quando em 2002 um Estado e uma grande capital do Brasil desenvolviam amplos programas de fomento à economia solidária: nos

referimos ao estado do Rio Grande do Sul, governado por Olívio Dutra, e à cidade de São Paulo, que tinha na prefeitura Marta Suplicy. A solicitação ao presidente eleito para criar a SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) teve pronta acolhida. Foi assim que a criação da SENAES se tornou efetiva em 2003. O reconhecimento da economia solidária como parte integrante do seu programa social potencializou o movimento, que iniciou uma série de reuniões nacionais, culminando na fundação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária. O propósito da SENAES, como foi dito, é desenvolver políticas em estreita colaboração com o movimento da sociedade civil. O espaço pensado para tal organização é principalmente o FBES.

Alguns exemplos das Políticas Federais de Economia Solidária tratadas são: Formação em Economia Solidária, mapeamento dos empreendimentos em todo o território nacional, criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies), produção do Atlas da Economia Solidária, Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc) que surgiu em 1998, o apoio e o acompanhamento de empresas recuperadas mediante convênios com a ANTEAG e a UNISOL, apoio a redes e cadeias produtivas formadas por Empreendimentos da Economia Solidária, apoio às finanças solidárias, e em particular às que atendem produtores de baixa renda com fornecimento de microcrédito.

No mesmo boletim, o artigo “Economia Solidária no governo da Bahia” (OLIVA et al., 2009), descreve a situação do Estado da Bahia no ano de 2007, num contexto de instalação de um governo estadual com um declarado perfil democrático e popular, que valoriza os

movimentos sociais e onde foi criada de forma inovadora a Superintendência de Economia Solidária (Sesol). A criação desta superintendência resultou de uma manifestação encaminhada por carta pelo Fórum Baiano de Economia Solidária ao governador Jaques Wagner, reivindicando a criação de uma esfera institucionalizada no estado para assumir a responsabilidade de implementar uma política estadual de apoio e fomento à economia solidária na Bahia. A operacionalização do Bahia Solidária é feita através das três coordenações que compõem a Sesol: a Coordenação de Fomento (Cofes), a Coordenação de Formação e Divulgação (COFD) e a Coordenação de Microcrédito e Finança Solidária (Comfis).

Continuando com as ações do Governo Estadual, em outro artigo do mesmo número, Praxedes (2009) fala que as iniciativas de apoio à economia solidária se apresentam desde os anos 1980, sendo o governo do estado do Rio Grande do Sul o pioneiro, em duas gestões consecutivas nos anos 1990, na implementação de políticas estaduais.

A relativa expansão de ações e programas de economia solidária nos municípios e nos estados desde as eleições de 2000, favoreceu a criação da Rede de Gestores. Foi realizado o Projeto de Formação de Gestores Públicos em Economia Solidária com os seguintes objetivos: contribuir para a qualificação e ampliação das políticas públicas de economia solidária nos municípios e estados de todas as regiões do país; promover atividades formativas em gestão pública e economia solidária para gestores públicos desta área em nível básico e intermediário, promover e estruturar espaços de discussão, troca e sistematização de experiências, conhecimentos, articulação de ações e elaboração de propostas para as políticas públicas de economia

solidária, além de tornar públicos os conhecimentos sistematizados sobre as políticas públicas neste campo.

Esta fase dá continuidade ao processo iniciado em agosto de 2005, desenvolvido em parceria entre a SENAES/MTE, Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)/COPPE/UFRJ – Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), com o apoio da Fundação Banco do Brasil.

- Conferências Nacionais de Economia Solidária

As Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES) devem ser compreendidas dentro do contexto de estímulo às conferências nos governos Lula (CUNHA, 2014). Os canais de participação social foram ampliados e fortalecidos em relação aos governos anteriores. O maior exemplo disso são as Conferências Nacionais, segundo o balanço de governo referente aos anos 2003-2010<sup>19</sup>. De acordo com este relatório, diversas políticas públicas foram objeto de debate durante as conferências nacionais, tais como: desenvolvimento, geração de emprego e de renda, inclusão social, saúde, educação, meio ambiente, direitos das mulheres, igualdade racial, reforma agrária, juventude, direitos humanos, ciência e tecnologia, comunicação, diversidade sexual, democratização da cultura, reforma urbana, segurança pública, dentre outras. A participação das CONAES foi de 50% de representantes de empreendimentos econômicos

---

<sup>19</sup> [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br)

solidários (EES), 25% de entidades da sociedade civil e 25% de representantes governamentais, escolhidos previamente como delegados em conferências estaduais (CUNHA, 2014).

Até hoje, foram realizadas três CONAES: 2006, 2010 e 2014. Trataremos aqui acerca das informações relevantes à temática abordada neste trabalho, isto é, sobre a primeira conferência, que abarca o período que aqui nos interessa.

A I CONAES intitulada “Economia Solidária como Estratégia e política de Desenvolvimento” teve lugar em Brasília durante os dias 26-29 de junho de 2006. Foi elaborado um documento final de 26 páginas com os eixos tratados ao longo da jornada. Mencionaremos, a seguir, os pontos que nos interessam:

Eixo I: Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo.

Neste eixo foram desenvolvidos os fundamentos da Economia Solidária, onde se menciona que as práticas devem ser fundamentadas em relações de colaboração solidária, visando a importância da educação solidária para a construção do espírito de cooperação, além do desenvolvimento científico, tecnológico e sustentável. Se destaca o modo de organização e produção com base na igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômico solidários, assim como a importância da participação democrática.

No item 6 do primeiro eixo, são listadas as manifestações de Economia Solidária, e entre elas, encontramos as empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão (é assim que foi denominada).

O relatório destaca também que a Economia Solidária é geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital.

Uma das primeiras necessidades apontadas pelo relatório é o fortalecimento das redes, das cadeias, das centrais de comercialização e do sistema de comércio justo, de modo a dar sustentabilidade aos diversos empreendimentos. O primeiro eixo trata da necessidade de um Estado Nacional presente que garanta o desenvolvimento do setor:

A Economia Solidária, enquanto estratégia de desenvolvimento, exige responsabilidade e cumprimento, por parte dos Estados Nacionais da garantia e defesa dos direitos universais dos cidadãos que as políticas neoliberais pretendem eliminar.  
(“I Conferência Nacional de Economia Solidária”, 2006, p. 7)

## Eixo II: O balanço do acúmulo da Economia Solidária e das políticas públicas implementadas.

Este segundo eixo traz dados de crescimento em relação à Economia Solidária no Brasil, fazendo referência ao mapeamento realizado por Tauile et al. (2005) confirmam a existência de 14.956 empreendimentos solidários nos quais, para aquele momento,

participavam 1.250.000 trabalhadores. Destaca, dentre os elementos estudados, o avanço da Economia Solidária e a criação da SENAES, e o conjunto de iniciativas governamentais que desenvolveram políticas de apoio e fomento à Economia Solidária, e entre elas listam *a ação de apoio a empresas recuperadas*.

Destaca também a criação da Rede Nacional de Gestores Públicos em Economia Solidária em alguns Municípios e Estados, através da capacitação e articulação dos gestores públicos.

Eixo III: Prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária e mecanismos de participação e controle social.

A construção de políticas públicas adequadas se apresenta neste eixo como um desafio para criar políticas perenes de Estado, respeitando o Pacto Federativo, com definição e publicação dos recursos orçamentários e seus critérios de partilha, com a criação de um Fundo de Desenvolvimento da Economia Solidária FDES. O relatório define também que é preciso garantir que as políticas públicas da Economia Solidária, em sua implementação, não estejam subordinadas à manutenção da lógica capitalista e de que seus instrumentos e mecanismos sirvam para diagnosticar, planejar, executar e avaliar políticas no que diz respeito à Economia Solidária.

Foi tratada também a questão do Marco Jurídico, percebendo o desenvolvimento que o cooperativismo já estava alcançando e considerando que o marco legal vigente no ano da I CONAES datava o ano 1971, quando a ditadura se encontrava no auge do seu autoritarismo.



Era então imprescindível a necessidade de substituí-la por uma lei adequada que assegurasse a liberdade de representação de todas as correntes do cooperativismo e das minorias organizadas.<sup>20</sup>

A questão do crédito e finanças solidárias também foi levantada como uma necessidade, destacando que a economia popular solidária requer a construção de uma política de crédito e financiamento apropriado às características destes empreendimentos. Para tanto, se faz necessário garantir financiamentos que contemplem investimentos em infraestrutura, capital de giro, capacitação, acompanhamento e assessorias técnico-administrativas, financeira, comerciais, entre outros.

- Fórum Brasileiro de economia Solidária

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um instrumento desse movimento, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais. As finalidades do FBES, assim como se encontram na descrição do site na internet (“FBES | Fórum Brasileiro de Economia Solidária”, [S.d.]), são: “a representação, articulação e incidência na elaboração e no acompanhamento de políticas públicas de economia solidária e no diálogo com diversos movimentos sociais, se inserindo nas lutas e nas reivindicações sociais”.

---

<sup>20</sup> Em 2012 se sancionou a nova Lei de cooperativas (Lei 12.690), que trouxe importantes modificações na regulamentação das relações entre cooperativistas. O espírito da nova lei é fortalecer e valorizar as cooperativas legitimamente respaldadas, criadas por iniciativa dos próprios trabalhadores e combater o pré-conceito de que cooperativismo de trabalho é sinônimo de precarização e de mão de obra barata.

Registra-se, ainda, que a “criação do FBES foi impulsionada no I Fórum Social Mundial de 2001 onde se discutiu a auto-organização dos trabalhadores, políticas públicas e perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda”. A manifestação de interesses e a necessidade de articular a participação nacional e internacional propiciaram a constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro), composto de redes e organizações de diversas práticas associativas do segmento popular solidário: dentre as doze entidades e redes nacionais que participavam do GT-Brasileiro se encontravam a ANTEAG, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT) e a UNITRABALHO; todas elas organizações interessadas no desenvolvimento das ERTs.

Foi a partir do GT-Brasileiro que se propôs a constituição de um fórum em dimensão nacional, o mesmo surge pelos debates regionais e estaduais que o grupo promoveu, eles pretendiam comprometer todos os envolvidos com o tema, principalmente os trabalhadores de base, construindo, assim, um movimento sólido.

Esse processo de debate e mobilização deu origem às Plenárias Nacionais de Economia Solidária - PNEs (DOS SANTOS, Aline Mendonça, 2014). A autora registra ainda que a primeira PNEs ocorreu em dezembro de 2002 em São Paulo, com 200 participantes; a segunda PNEs aconteceu em Porto Alegre, no Fórum Social Mundial de 2003, com 800 participantes; a terceira PNEs foi em junho de 2003 na cidade de Brasília, com 830 participantes, e a quarta PNEs ocorreu em abril de 2008, com 320 participantes.

Na I Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada em São Paulo em dezembro de 2002, o GT-Brasileiro redigiu uma carta ao

governo do Partido dos Trabalhadores intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, documento que apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da SENAES.

Foi na III Plenária Nacional que se decretou o FBES como um espaço independente, um espaço da sociedade separado do espaço Público Estatal da SENAES. Integram o FBES três segmentos do campo da Economia Solidária: empreendimentos da economia solidária, entidades de assessoria e/ou de fomento e gestores públicos. Podemos reconhecer no período entre 2003-2007 um expressivo crescimento da Economia Solidária e sua organização. No ano de 2002, a organicidade da Economia Solidária se manifestava em apenas cinco estados, em 2003 as plenárias estaduais foram realizadas em 17 estados. A partir de 2006, os Fóruns Estaduais estavam presentes nos 27 estados do Brasil, como informa o site do FBES (“FBES | Fórum Brasileiro de Economia Solidária”, [S.d.]).

A I CONAES foi a mostra do avanço do movimento de Economia Solidária no Brasil no ano de 2006 com a implantação de um Conselho Nacional de Economia Solidária, que junto ao FBES desencadeou um amplo processo de debates em todos os Estados do país, que resultaram logo na construção da IV Plenária Nacional de Economia Solidária.

As deliberações da IV Plenária foram organizadas sob quatro eixos: Produção, comercialização e consumo solidário, Formação, Finanças solidárias e Marco Legal.

Do plenário resultou a elaboração de um relatório final, que inicia o ponto das estratégias de ação com a afirmação de que não há possibilidade de desenvolvimento da Economia Solidária sem políticas

públicas que assegurem o marco legal e as finanças solidárias adequadas. As políticas públicas devem ser resultado da pressão e negociação do movimento social para promover a convergência de ações de diferentes órgãos públicos e construir as Políticas Públicas de Economia Social com controle social. É necessário também que seja promovida politicamente a interação entre produção, comercialização, distribuição e consumo, de modo a mobilizar o espaço de interação do desenvolvimento dos produtos da Economia Social. Também foi mencionada uma questão central deste assunto: a falta de informação sobre Políticas Públicas que os trabalhadores dos setores produtivos demonstram, visto que o acesso à informação deve estar garantido (FBES, 2008).

Uma das bandeiras apresentadas no eixo Produção-Comercialização e Consumo Solidários, foi, especificamente, sobre a necessidade de programas e políticas de infraestrutura e apoio à formação de redes e cadeias de produção, comercialização, consumo e logística solidária. Destacando duas das necessidades que nas ERTs é recorrente, infraestrutura para produção e comercialização e recursos para investimentos e capital de giro (FBES, 2008).

No eixo do Marco Legal, foi debatida a necessidade de uma lei geral para a Economia Solidária, assim como também a alteração, aprovação e implantação das leis de Cooperativismo (Geral e específicas) de acordo com os princípios e valores da Economia Solidária. Dentro deste debate, é debatida a questão do reconhecimento de que a Economia Solidária passa também pela necessidade de um tratamento diferenciado. Levando em conta as características próprias dos empreendimentos solidários, as ações neste campo de propostas são:

debater e elaborar uma proposta de regime tributário diferenciado, articular e construir redes de advogados (FBES, 2008).

- Rede de Gestores de Políticas Públicas

A rede foi criada em agosto de 2003, é uma articulação de gestores de políticas de Economia Solidária de Prefeituras e Governos Estaduais que têm o objetivo de favorecer o intercâmbio, a interlocução, a interação, a sistematização, a proposição de políticas públicas governamentais e a realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da Economia Solidária. Diante das demandas dos trabalhadores da Economia Social, surge a Rede por iniciativa dos próprios gestores que querem dar respostas adequadas a este segmento da sociedade que ocupa cada vez mais um lugar de destaque na geração de trabalho e na promoção de desenvolvimento local (“Rede de Gestores”, [S.d.]).

Dentro os desafios que a Rede se propôs estão: interferir nas discussões sobre políticas de desenvolvimento, buscando que sejam consideradas as diretrizes e demandas da Economia Social. Lutar para que nos diferentes níveis de governo sejam incluídos nos orçamentos recursos relevantes e adequados para as políticas requeridas. Estimular a ampliação da legitimidade social e consolidar as políticas de Economia Solidária para além dos governos, avançando na criação de Marcos Legais (Municípios, Estados e Governo Federal), com vistas à institucionalização da Política Pública de Economia Solidária.

- Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES)

Desde sua criação, a SENAES teve a proposta de realizar um levantamento amplo de informações e a criação de um banco de dados

nacional sobre economia solidária. O SIES é o resultado do primeiro mapeamento realizado em 2005 e complementado em 2007, alcançando um total de 22 mil empreendimentos em todo o Brasil<sup>21</sup>.

Os objetivos do SIES foram identificar e caracterizar a Economia Solidária; fortalecer a organização e integrar redes de produção, comercialização e consumo. Promover o comércio justo. Subsidiar a formulação de políticas públicas. Facilitar a realização de estudos e pesquisas. Dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público.

O mapeamento deu visibilidade ao crescimento que o setor teve na década de 1990. No momento que nos interessa especificamente, 87% dos empreendimentos registrados tiveram início posterior a 1990 e 35% após 2002 (GAIGER, 2007).

Aquela primeira pesquisa permitiu conhecer mais profundamente os integrantes do quadro social dos empreendimentos solidários, saber as razões de sua opção pela Economia Solidária, os benefícios que a mesma lhes traz, suas expectativas e aspirações.

- BNDES (*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*)

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), apresentado no próprio site da internet como uma empresa pública federal, é o principal instrumento de financiamento de longo

---

<sup>21</sup> Houve um segundo mapeamento no ano de 2013, do qual resultou o ATLAS digital da Economia Solidária, onde foram identificados e caracterizados 19.708 empreendimentos solidários em todo o Brasil. Também foi identificado que o início de 601 destes empreendimentos da Economia Solidária foi motivado por falência ou processo falimentar das empresas. Para acessar os dados, acesse o site ("SIES", [S.d.]

prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões sociais, regionais e ambientais (“BNDES - O banco nacional do desenvolvimento”, [S.d.]).

Consta no mesmo documento analisado, que desde sua fundação, em 1952, o BNDES se destaca no apoio à agricultura, indústria, infraestrutura, comércio e serviços, oferecendo condições especiais para micro, pequenas e médias empresas. O Banco também vem implementando linhas de investimentos sociais, direcionados para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano.

Desde 2004 o BNDES tem um programa de Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda, informação a qual temos acesso no próprio site do BNDES (“Já está em vigor o Programa de Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda do BNDES”, [S.d.]). O programa destina-se a elevar a produção e à geração de empregos na economia nacional. Os financiamentos são concedidos para empresas com capacidade ociosa de produção que necessitem de capital de giro. Assim o BNDES pretende, de maneira ágil, fortalecer a capacidade de geração de emprego e renda, através do estímulo a expansão e modernização dessas empresas.

Entre os diferentes destinatários do programa achamos as empresas autogestionadas:

O Programa beneficiará também as empresas autogestionárias, aquelas cujo controle e gestão são exercidos pelos próprios trabalhadores. Tais firmas resultaram, em grande parte, do esforço para manter em funcionamento e produzindo empresas que passaram por grave situação

econômico-financeira. Com o Programa, o Banco poderá oferecer financiamentos de até R\$ 10 milhões a esses empreendimentos (“Já está em vigor o Programa de Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda do BNDES”, [S.d.]

Outro programa que teve sua primeira versão em 2009 foi o PACEA (Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários); o objetivo do programa era apoiar a implantação e a consolidação de empreendimentos autogestionários no setor industrial que tivessem sustentabilidade. O programa foi relançado em versões posteriores.<sup>22</sup>

Segundo os requerimentos listados no site do BNDES, o programa poderia ser solicitado por cooperativas de produção que apresentassem as seguintes características (“Programa de apoio à consolidação de empreendimentos autogestionários - PACEA”, [S.d.]):

- Constituição de organizações a partir de situações de falência ou fechamento de unidades produtivas que utilizem a estrutura de produção do antecessor.
- Atuação em segmentos industriais;

---

<sup>22</sup> No seminário “Empresas Recuperadas por Trabalhadores” que teve lugar em dezembro de 2014, abriu-se o espaço à discussão das Políticas Públicas para as ERTs. Assistiram ao encontro representantes de 23 ERTs. As políticas de financiamento tiveram lugar dentro dos eixos debatidos, e uma das demandas dos trabalhadores foi sobre as linhas de financiamento específicas para ERTs, como também o acesso a capital de giro não atrelado ao investimento e aquisição dos ativos da empresa (GPert, 2014).



- Gestão participativa e democrática, em que todos os cooperados tenham acesso às informações referentes aos negócios e à gestão do empreendimento;
- Quantitativo de trabalhadores não associados, excluindo-se os terceirizados, não superior a 50% de seu quadro de pessoal;
- Valor da maior retirada não superior a 10 vezes o valor da menor.

O acesso ao crédito é uma grande dificuldade que as ERTs têm, como já foi evidenciado ao longo desta pesquisa. Especialmente aquelas empresas de pequeno porte, pois pelo fato de elas não terem uma estrutura adequada aos requerimentos dos bancos ficam impossibilitadas de dispor desta ferramenta. Assim, questões que poderiam achar uma solução por meio de empréstimos bancários, como por exemplo a compra/aquisição de equipamentos, capital de giro, aquisição de ativos, dentre outros, se tornam impossíveis de resolver. Podemos inferir que, em alguns casos, isso acontece pela impossibilidade do investidor em orientar e monitorar a aplicação dos recursos, como a própria governabilidade do empreendimento que diz respeito a garantia de recurso. Como também pelos requisitos dos financiadores, que exigem garantias reais e histórico contábil, algo que as ERTs não têm possibilidades de cumprir (TAUILE et al., 2005, p. 150).

Já no levantamento de 2005 citado anteriormente, se expõe a necessidade de prever soluções por ser um ponto recorrente dentre os empreendimentos que recuperam massas falidas, os quais por nascer abruptamente não contam com históricos contábeis, não tem capital nem patrimônio. Ao iniciar suas operações eles são comodatários ou arrendatários, e não estão capitalizados para ir ao mercado, este é um

período de luta inicial dos empreendimentos que precisam se focar em assumir e “ressuscitar” o negócio, criando condições que lhes permitam produzir e ir ao mercado, sempre que as empresas tenham viabilidade econômica e as negociações com credores e clientes sejam possíveis. Uma segunda fase a ser superada é a ultrapassagem do estágio de arrendatário ou comodatário dos ativos da empresa falimentar ou pré-falimentar ao arremate ou compra dos bens e do parque produtivo pelos trabalhadores. Para isto, são imprescindíveis elementos que possibilitem o crescimento do negócio e condições de acesso a instrumentos por meio de uma política pública<sup>23</sup> (TAUILE et al., 2005, p. 151).

### **3.2.2. A proximidade das ERTs com a legislação Brasileira**

Retomando a definição de ERTs que tratamos neste trabalho e a classificação de Wagner Augusto Gonçalves (2005, p. 3) na qual o autor caracteriza que os *Empreendimentos Auto-gestionários* são aqueles constituídos através de projetos sociais realizados em comunidades periféricas, diferente das *Empresas de Autogestão*, como ele as define, que são aquelas que nascem do fracasso de um negócio anterior e, portanto, pressupõem a existência de uma atividade econômica já organizada, dirigida agora pelos próprios trabalhadores. A atividade

---

<sup>23</sup>Ainda no ano 2014, quando teve lugar o Seminário de ERTs organizado pelo Grupo de Pesquisa em Empresas Recuperadas por Trabalhadores, se reuniram experiências do Brasil num encontro que viabilizou o diálogo entre elas e o setor público, estes reclames continuaram surgindo. (GPRT, 2014, p. 22)

destas empresas é a industrial, de pequeno, médio e grande portes. As necessidades a respeito do marco jurídico que essas empresas têm diferem das necessidades que têm os empreendimentos autogestionados, os quais geralmente desempenham atividades de serviço ou comércio.

Como aponta Gonçalves, é importante lembrar que esses conceitos não existem na esfera jurídico Brasileira, a não ser através de leis municipais ou estaduais elaboradas no propósito de criar políticas públicas da Economia Solidária. As formas jurídicas pelas quais as ERTs se organizam são as previstas no Código Civil (Lei 10.406/2002) e outras leis especiais.

Já vimos no capítulo que descreve as experiências das ERTs no Brasil, que elas se organizam, na maioria dos casos, de duas formas: como Associações, as quais são reguladas pelos artigos 53 a 61 da lei 10.406, e em caráter geral pelos artigos 44 a 52 da mesma lei, que tratam das pessoas jurídicas de direito privado, ou Cooperativa, a lei de cooperativas que regia durante o período analisado no presente trabalho era a Lei 5764/1971.

A propriedade dos meios de produção é muito importante, já que implica para os trabalhadores a independência na gestão do negócio. Nos casos de falência, a transferência da propriedade dos meios de produção ocorria após a fase de liquidação dos ativos, os trabalhadores participavam do processo de venda dos bens concorrendo com outros interessados.

A Lei 11.101/2005 de recuperação judicial e falência entrou em vigor em maio desse ano. O objetivo dessa lei, segundo explica Gonçalves, é viabilizar a superação da situação de crise econômico

financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores. Promovendo assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. Segundo descreve o autor, a lei traz um avanço já que abre as portas para a possibilidade de constituição de uma sociedade pelos trabalhadores, com o objetivo de adquirir os meios de produção, podendo, inclusive, utilizar os seus créditos trabalhistas.

No artigo, Gonçalves expõe as diferentes fases que os trabalhadores atravessam no processo de recuperar a empresa. Na primeira fase, os trabalhadores se organizam constituindo uma nova empresa, com o objetivo de arrendar os meios de produção da empresa em dificuldades. Quando a empresa se encontra em situação falimentar a quebra é quase inevitável. Nesta fase, os trabalhadores e o sindicato já estão cientes da situação e do não cumprimento dos seus direitos trabalhistas, como o pagamento de salários, pagamento do FGTS, interrupção do pagamento dos serviços de segurança e medicina do trabalho, etc.

É feito um estudo de viabilidade econômica da empresa, no qual se realizam negociações com credores e clientes. Visando a melhor alternativa para os trabalhadores, surge a ideia de constituição de uma empresa de autogestão para dar continuidade ao negócio. O objetivo da seguinte fase, segundo Gonçalves, é a propriedade dos meios de produção, imprescindível para a independência na gestão do negócio, como foi assinalado anteriormente.

As empresas recuperadas sob o regime de autogestão sempre ocorreram à margem da legislação, tendo, na maioria das vezes, que utilizar ferramentas alternativas, às vezes até a força (ocupação das

fábricas) para fazer valer o direito dos trabalhadores em continuar com a atividade industrial para manter seu emprego e renda. Esta é uma realidade que conseguimos observar através dos exemplos dos casos enunciados.

Uma das questões destacadas na análise de Gonçalves (2005) é o arrendamento na nova lei. O contrato de arrendamento depende de aprovação de um comitê, que é formado por representantes de todas as classes de credores:

Art. 117 — Os contratos bilaterais não se resolvem pela falência e podem ser cumpridos pelo administrador judicial se o cumprimento reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida ou for *necessário à manutenção e preservação de seus ativos*, mediante autorização do *Comitê*.

O aluguel dos bens da massa falida também depende do comitê de credores:

Art. 114 — O administrador judicial poderá *alugar* ou celebrar outro contrato referente aos bens da massa falida, com o objetivo de produzir renda para a massa falida, mediante autorização do *Comitê*.

Segundo Gonçalves, é muito significativa essa mudança da figura que administra a falência. Antigamente era o síndico, enquanto que na nova lei a figura do síndico é substituída pelo administrador judicial. Segundo o autor, em termos gerais, isso representa um avanço, pois o administrador judicial deve ser um profissional preparado, conhecedor do processo falimentar, e as decisões importantes terão sempre a participação dos credores, através do comitê.

Considero que houve um avanço no que se refere aos meios de alienação dos ativos, pois temos previsto, de forma expressa, a possibilidade que materializa o processo de recuperação de empresas pelos trabalhadores através da autogestão, ou seja, a possibilidade de constituição de sociedade pelos trabalhadores, com o objetivo de adquirir os meios de produção, podendo, inclusive, utilizar os seus créditos trabalhistas. (GONÇALVES, 2005, p. 7)

O mesmo autor considera que a nova lei prevê a possibilidade de que os trabalhadores utilizem os meios de produção no processo de recuperação, que podem ser arrendados por uma sociedade formada pelos antigos empregados da empresa em dificuldades. Mas também estão previstas no artigo 50 novas formas de continuidade do negócio, que não preveem a participação dos trabalhadores, nem garantem que seja assegurada, no caso de continuidade do negócio, a manutenção dos empregos.

A nova lei também prevê, no seu artigo 26, a constituição do comitê de credores, que poderá ser instalado por deliberação de qualquer das classes de credores na assembleia-geral. Na análise Gonçalves expõe:

A instalação do comitê é facultativa, cabendo à assembléia geral essa decisão, assim como a eleição de seus membros. No caso da não-instalação do comitê, suas atribuições caberão ao administrador judicial, ou na incompatibilidade deste, ao juiz (artigo 28). Portanto, nesse caso, teremos um processo semelhante ao da antiga lei, onde as decisões eram do síndico e do juiz (GONÇALVES, 2005, p. 8).

Gonçalves conclui que os novos dispositivos avançaram e fomentam uma maior possibilidade de continuidade e negociação, mas que mesmo assim continuam sendo procedimentos difíceis para os trabalhadores, e que por esse motivo a participação do sindicato se torna imprescindível. Ainda há uma grande necessidade de linhas de crédito para a aquisição dos meios de produção pelos trabalhadores. Bem como a necessidade de criar métodos de qualificação desses trabalhadores para a gestão do negócio.

Por outro lado, temos as considerações feitas pelo GPRT sobre a nova Lei de falências e que enriquecem o debate. Pelas observações feitas no último levantamento – que aconteceu no ano de 2013 –, onde a partir do relato dos trabalhadores, somado ao reduzido número de recuperações de empresas ocorridas desde o ano de 2005, ano em que é estabelecida a lei, avalia-se que as mudanças na lei de falências facilitarão a continuidade do negócio por parte dos empresários (HENRIQUES et al., 2013b).

A Lei de Falências não favorece as recuperações por parte dos trabalhadores, segundo eles afirmam, é este um dos principais objetivos que a implementação da mudança desta lei teve:

Conforme apontam as declarações analisadas de atores do governo, do Banco Central e de representantes de instituições financeiras na época, tornar o “crédito mais protegido” e ampliar o papel dos maiores credores em processos de recuperação, que na maior parte das vezes são os bancos. Isto fica evidenciado pelo fato da lei privilegiar o pagamento dos credores financeiros no momento da falência. (PINTO, 2005 apud HENRIQUES et al., 2013b, p. 69).

O GPERT afirma que a partir da nova legislação o número de experiências de ERTs no Brasil apresentará uma tendência de redução. Observamos, assim, que há uma polêmica em torno ao posicionamento em relação ao apoio para que a recuperação de empresas seja feita pelos próprios trabalhadores, gerada pela mudança da lei de falências.

Podemos observar que, por um lado, os resultados do último levantamento revelaram uma quantidade de casos baixa, com 67 ERTs avaliadas (HENRIQUES et al., 2013b); por outro, o Atlas da SIES alega que 601 Empreendimentos da Economia Solidária identificaram seu surgimento a partir de falências ou por processo falimentar. É claro que este debate não está pronto, e está longe de estar esgotado. São necessários mais levantamentos e mais pesquisas para que possamos nos aproximar ainda mais das necessidades reais dos trabalhadores das ERTs.



#### 4 PALAVRAS FINAIS

O que esta pesquisa nos fornece como primeira reflexão, é que este fenômeno de empresas que entram em falência nos exigiu uma revisão da história passada, como também nos demandou efetuar uma projeção sobre o futuro próximo destes trabalhadores envolvidos. Tanto a intervenção quanto a ausência de ações concretas por parte do Estado colocam cenários com diferentes possibilidades que atravessam e modificam por completo a vida dessas pessoas. Nesse contexto específico de trabalhadores prestes a ficarem sem emprego, um Estado presente ou ausente parece definir nada menos que a subsistência do trabalhador e do seu grupo familiar. Apesar de que, como foi registrado, existem empresas recuperadas que conseguem maior autonomia em relação ao Estado e suas políticas específicas. Especialmente entre aquelas que, pelas suas características de porte e peso no mercado, conseguem ser mais competitivas. Mas esse não é o caso para a maioria das ERTs. Fica registrado ao longo do nosso texto não somente o imenso desafio que representa mudar a forma de produzir, de familiarizar-se com um cotidiano de relações inteiramente novo, onde as tradicionais hierarquias se desfazem. Além disso, há outras novidades que estas experiências enfrentam, como a falta de recursos, problemas judiciais, entre outros desafios, mas principalmente lidar com as próprias transformações que o mercado sofreu ao longo desse período, e os profundos impactos para as empresas e, mais ainda, com as fortes pressões de falta de emprego para quem vive do trabalho.

As consequências que o modelo econômico neoliberal trouxe para os trabalhadores tendeu a beneficiar um setor da sociedade, sem reparar nas consequências negativas que estas medidas produzem em outro setor. O empobrecimento da classe trabalhadora e as mesmas ERTs são reflexo de um mercado trabalhista esgotado por conta destas políticas.

Isso nos levou a pensar no momento prévio à recuperação da empresa por parte dos trabalhadores. Um momento de enormes dificuldades para aqueles que o atravessam, e que poderia talvez ser diminuído – em termos de dificuldades – com a intervenção de um governo eficiente e presente. As observações dos casos de recuperações demonstram que mesmo diante desta adversidade a criatividade dos trabalhadores trouxe uma alternativa ao iminente desemprego.

O que se observa a partir dessa pesquisa é que no primeiro mandato do governo Lula se abre espaço à Economia Solidária. Como foi mencionado, já na campanha política para chegar à presidência se anunciava uma democratização do país com o desenvolvimento de políticas sociais consistentes e criativas, para tornar o Brasil um país justo e eficiente. Consideramos que a criação de uma secretaria dentro do Ministério de Trabalho dedicada exclusivamente ao desenvolvimento da Economia Solidária, junto com o fomento à criação de espaços de debate foi, a princípio, uma ação que pareceu representar um governo com vontade de mudança em relação ao modelo anterior.

Esta proposta de desenvolvimento que procurou criar uma política para integrar ações em direção à economia solidária, expôs uma tentativa de perfilar um governo democrático, que supostamente garantiria espaço para o debate, a participação e o acolhimento das

demandas dos trabalhadores. A situação de empresas recuperadas foi em parte facilitada a partir da institucionalização de políticas públicas a favor deste setor. Apesar de que muitas demandas ficaram sem resolução.

Embora a realidade observada nos mostra que os espaços de debate existiram e foram impulsados desde a secretaria do próprio governo, a pesquisa nos revelou uma intensa atividade de debate com dificuldades para chegar a um nível superior, no qual as demandas acolhidas em tais espaços se materializassem na instituição de políticas efetivas que atendessem as necessidades. Como pode ser exemplificado pelo caso da reforma da lei de cooperativas, que demorou mais de uma década para se tornar realidade, ou o caso da lei de falências, que apresentou controvérsias para satisfazer as reivindicações dos trabalhadores.

Sabemos que este é um campo difícil, já que a recuperação de empresas é vista pelo capital como uma intromissão dos trabalhadores no reino da propriedade privada. Para exponentes da direita, como o ex-ministro da ditadura militar na Argentina, Juan Alemann, *trata-se de um simples, vulgar e perigoso roubo*<sup>24</sup>.

O cenário foi, no período estudado, muito complexo para as ERTs, no qual se apresentou um forte embate entre os diferentes setores. Os interesses de um modelo de política e gestão neoliberal que tendeu a ser hegemônico em termos mundiais, apesar das tentativas inovadoras durante esse primeiro governo Lula, se expressaram de forma poderosa

---

<sup>24</sup>Declarações feitas ao jornal argentino “Diario La Razón, 3 de octubre 2002” (RUGGERI, 2009b, p. 14)

na contramão das necessidades destes trabalhadores. Frente a esta realidade, movimentos sociais criaram uma agenda que expôs reivindicações e exerceram pressão sobre os diferentes órgãos públicos para constituir, assim, Políticas Públicas efetivas que respondessem às suas necessidades. Mas as pressões que os grupos de poder exerceram sobre o governo e que pleitearam para que estas demandas tivessem um retorno satisfatório nem sempre foram acatadas satisfatoriamente. O Estado incorporou algumas formas alternativas estimulantes de produção democrática, mas os passos seguintes na história do Brasil demonstraram que as iniciativas dos governos posteriores ao aqui estudado não avançaram significativamente, acarretando, pelo contrário, no esfriamento em relação às políticas envolvendo as ERTs. Basta exemplificar essa afirmação com a extinção, em novembro de 2016, da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, que segundo consta em avaliações de comentaristas que fazem referência ao caso, apesar do Brasil ter sido referência por ter uma Secretaria desta natureza, contando até a atualidade com 21 mil empreendimentos de Economia Solidária no Brasil e mobilizando 2,5 milhões de famílias que vivem em torno dessa nova economia, isso não foram dados suficientes para poder garantir sua sobrevivência (“(3) Mídia Ninja - Publicaciones”, [S.d.]).

Esse fato é suficientemente significativo para nos autorizar a argumentar, mesmo de forma ousada, a fazer projeções sobre o futuro próximo em relação a essas iniciativas. Se a tendência dos últimos tempos se reproduz da forma como vem acontecendo, provavelmente a realidade para as ERTs seja ainda mais difícil, quando o Estado se

ausenta como um interlocutor privilegiado para essas iniciativas de desenvolvimento e de reprodução social que ocorrem à margem das tendências dominantes.

## 5 BIBLIOGRAFIA

**(3) Mídia Ninja - Publicaciones.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/midiaNINJA/posts/755556787935802>>.

Acesso em: 10 jul 2017.

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990.** Sociologia, v. 27, p. 11–25, 2014.

\_\_\_\_\_. **O toyotismo, as novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento, (alienação), (sd).** Caderno CRH, n. 37, 2005.

**BNDES - O banco nacional do desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>>. Acesso em: 6 jun 2017.

BURGOS, Raúl. Para una teoría integral de la hegemonía: una contribución a partir de la experiencia latinoamericana. Realidad económica. 271 (2012), 2012.

CHAVEZ, LC. **Laboratórios Sociais de Autogestão no Brasil e na Argentina: Cooperativas na produção e reprodução da vida em cooperação.** 2010.

**COMTERN - Etiquetas Texteis - Natal/RN.** Disponível em: <<http://www.comternnatal.com.br/>>. Acesso em: 11 mar 2017.

**Cooperminas.** Disponível em: <<http://cooperminas.coop.br/home.html>>. Acesso em: 13 mar 2017.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Conferências nacionais de economia solidária: acúmulos e desafios no planejamento participativo de políticas públicas de economia solidária.** 2014.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. **O processo de trabalho nas fábricas de autogestão.** Revista ORG & DEMO, v. 2, n. 1, p. 17–27, 2001.

DE ALBUQUERQUE, Alexander Noronha. 2007. Centro de Ciências Humanas (CCH) Programa de Pós-Graduação em Memória Social Linha Memória e Espaço, 2007.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** [S.l.]: Civilização Brasileira, 2002. v. 1.

FARIA, Maurício Sardá De. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital.** 2005. 2005.

FARIA, Mauricio Sarda De. **Se a coisa e por ai, que autogestão e essa? Um estudo da experiencia“ autogestionaria” dos trabalhadores da Makerli Calçados.** 1997. 1997.

FBES. **IV Plenária Nacional de Economia Solidária - Outra Economia construindo outros desenvolvimentos.** . [S.l: s.n.], 2008.

FBES | Fórum Brasileiro de Economia Solidária. [S.d.]. Disponível em: <<http://fbes.org.br/>>. Acesso em: 29 maio 2017.

GAIGER, Luiz Inácio. **A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 79, p. 57–77, 2007.

GARCIA, Marco Aurélio. A Opção Sul-Americana. Revista Interesse Nacional, n. 01, 2008.

GONÇALVES, Wagner Augusto. **A nova lei de falências e as empresas recuperadas sob o sistema da autogestão.** 2005.

GPERT. **Seminário Nacional de Empresas Recuperadas por Trabalhadores.** Inédito. [S.l: s.n.], 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais.** [S.l: s.n.], 2000. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Introdução ao estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. [S.l.: s.n.], 1999. v. 1.

HENRIQUES, Flávio Chedid; SIGOLO, Vanessa Moreira; RUFINO, Sandra. **Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil.** [S.l.]: Multifoco, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil.** [S.l.]: Multifoco, 2013b.

HOLZMANN, Lorena. **Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia.** [S.l.]: Editora da UFSCar, 2001.

I Conferencia Nacional de Economia Solidária. In: ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATEGIA E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, 2006, Brasília. Anais... Brasília: [s.n.], 2006. p. 26.

Ipea. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 26 maio 2017.

**Já está em vigor o Programa de Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda do BNDES.** Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20040902\\_not871/](http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20040902_not871/)>. Acesso em: 6 jun 2017.

JACQUES, Caroline da Graça. **Trabalho decente e responsabilidade social empresarial nas cadeias produtivas globais: o modelo fastfashion em Portugal e no Brasil.** 2015.

LIANZA, Sidney; HENRIQUES, F. A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** [S.l.]: Vozes, 2000.



MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O capital: crítica de economia política, volume I.** [S.l.]: Abril Cultural, 1988.

MUNCK, Ronaldo. **Globalización y trabajo: la nueva “GranTransformación”.** [S.l.]: Editorial El Viejo Topo, 2008.

NASCIMENTO, Janaína Quitério Do. **Fábrica quebrada é fábrica ocupada, fábrica ocupada é fábrica estatizada.** A luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar, v. 1000, 2004.

**Nossa História.** Disponível em: <<http://www.pt.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 19 maio 2017.

ODA, Nilson Tadashi. **Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação.** 2001. 2001.

OLIVA, Helbeth; REIS, Tatiana Araújo; MEIRA, Ludmila. **Economia Solidária no governo da Bahia.** 2009.

PAOLI, Maria Célia. **Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil.** Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 373–418, 2002.

PAULUCCI, Maria Alejandra. **Novos olhares: de trabalhadores assalariados a trabalhadores cooperados. Um estudo sobre a caminhada de luta dos trabalhadores das empresas recuperadas do Brasil.** 2014. UFSC, 2014.

\_\_\_\_\_. **O internacionalismo e as fábricas recuperadas.** 2007. 2007.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil.** [S.l.]: Cortez Editora, 2010.

POLANYI, Karl. **The great transformation.** [S.l.]: Beacon Press Boston, 1957. v. 5.

PRAXEDES, Sandra Faé. **Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias.** 2009.

**Programa de apoio à consolidação de empreendimentos autogestionários - PACEA.** Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pacea/>>. Acesso em: 6 jun 2017.

PUN, N; CHAN, J; SELDEN, M. **Morir por un iPhone.** 2014.

Rede de Gestores. [S.d.]. Disponível em: <<http://www.rededegestoresecosol.org.br/>>. Acesso em: 3 jun 2017.

RUFINO, Sandra. **fazer,(Re) modelar,(Re) criar: a autogestão no processo produtivo.** 2005. USP, 2005.

RUGGERI, Andrés. ¿ **Qué son las empresas recuperadas?:autogestión de la clase trabajadora.** [S.l: s.n.], 2014.

\_\_\_\_\_. **Las empresas recuperadas: autogestión obrera en Argentina y América Latina.** [S.l.]: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Las empresas recuperadas: autogestión obrera en Argentina y América Latina.** [S.l.]: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2009b.

SAINT-GERMAIN, Michel Traducteur; KLEIN, Naomi. **No logo: latyranniedes marques.** [S.l.]: Lèmeac/ActesSud, 2001.

**SIES.** Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/>>. Acesso em: 5 jun 2017.

SINGER, André. **A segunda alma do Partido dos Trabalhadores.** Novos Estudos-CEBRAP, n. 88, p. 89–111, 2010.

SINGER, Paul. **A economia solidária no governo federal.** 2004.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária.** [S.l.]: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas da secretaria nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.** 2009.

SINGER, Paul Israel; DE SOUZA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** [S.l.]: Editora Contexto, 2000.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

TAUILE, José Ricardo et al. **Empreendimentos autogestionários provenientes de massa falida.** Brasília: MTE/Ipea/ANPEC/Senaes, 2005.

TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlan. **Economia solidária e autogestão no Brasil: Síntese de uma pesquisa.** 2005.

TAUILE, José Ricardo; PAIXÃO, Marcelo JP; BRANCO, Rodrigo Castelo. Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos 1981-2005. [S.l.]: Editora UFRJ, 2009. v. 8.

UNISOL. **Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil - UNISOL Brasil,** [S.d.]. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/>>. Acesso em: 8 maio 2017.

WILLIAMSON, John. **No hay consenso.** Reseña sobre el consenso de Washington y sugerencias sobre los pasos a dar. Washington: Finanzas y Desarrollo, 2003. Disponível em: <<http://132.248.45.5/profesores/eliezer/johnw2.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

**ANEXO X: Lista das ERTs no Brasil (HENRIQUES et al, 2013, p. 244)**

Nº	Listagem das Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil	Estado	Nº de Trabalhadores	Setor
1	CAEB - Cooperativa Agro-Extrativista Bom Destino (Bonal)	AC	269	Alimentício
2	COOPEL - Cooperativa dos Agricultores e Pecuáristas da Regional do Baixo Acre	AC	75	Alimentício
3	CCLB - Cooperativa Central de Laticínios da Bahia	BA	55	Alimentício
4	COOPERPLASTICO - Cooperativa de Reciclagem Plástica da Bahia	BA	19	Químico
5	COOPERBEL - Cooperativa dos Produtores de Cerâmica	MG	40	Ceramista
6	COOPERTEXTIL - Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas	MG	210	Têxtil
7	COOPERTRIM - Cooperativa dos Trabalhadores da Ind. Metalúrgica de Raul Soares	MG	23	Metalúrgico
8	Exata Retífica Motores	MG	8	Metalúrgico
9	Minas Brasil Retífica de Motores	MG	12	Metalúrgico
10	Retífica São Bento	MG	17	Metalúrgico
11	POLYUTIL S.A	PB	94	Químico
12	Coobertores Parayba - Indústrias de Cobertores	PE	130	Têxtil

	Parahyba Ltda			
13	USINA CATENDE - Cooperativa Industrial Catende Harmonia	PE	1000	Agroindustrial
14	COOPERBOTÕES - Nova Diamantina	PR	10	Químico
15	CFF - Cooperativa Friburguense de Ferramentaria	RJ	51	Metalúrgico
16	Colégio Graham Bell	RJ	42	Educacional
17	COOPARJ - Cooperativa de Produção de Parafusos do Estado do RJ	RJ	28	Metalúrgico
18	GPCANTELMO	RJ	48	Metalúrgico
19	HAGA S/A Indústria e Comércio	RJ	310	Metalúrgico
20	COMTERN - Cooperativa Mista dos Têxteis do Rio Grande do Norte	RN	38	Têxtil
21	COOTALL - Cooperativa Taquarense de Laticínios Ltda	RS	115	Alimentício
22	ALUMIFER - Cooperativa Autogestionária de Trabalhadores de Fundição de Alumínio e Ferro Ltda	RS	28	Metalúrgico
23	COOFITEC - Cooperativa de Trabalhadores Profissionais de Fiação e Tecelagem	RS	36	Têxtil
24	COOPECA - Cooperativa Caxias de Móveis	RS	80	Moveleiro
25	COOPEN - Cooperativa do Vestuário de Encantado Ltda	RS	40	Têxtil

26	COOPERCANA - Cooperativa dos Produtores de Cana Porto Xavier Ltda	RS	283	Agroindustrial
27	COOPEREI - Cooperativa de Produção Cristo Rei	RS	37	Metalúrgico
28	COOPERLEO - Cooperativa Leopoldense dos Trabalhadores da Indústria de Carnes e Derivados Ltda	RS	59	Alimentício
29	COOPERSHOES - Cooperativa de Calçados e Componentes Joanetense Ltda	RS	3328	Calçados
30	COOPERSPUMA - Cooperativa dos Trabalhadores na Indústria e Comércio de Espumas Colchões em Tecidos de Gravataí	RS	7	Têxtil
31	COOPHOTEL - Cooperativa Gaúcha de Hotéis e Turismo LTDA	RS	26	Hoteleiro
32	COOTEGAL - Cooperativa Têxtil de Galópolis	RS	123	Têxtil
33	COSIDRA - Cooperativa de Produção de Sistemas Hidráulicos Ltda.	RS	21	Metalúrgico
34	CTMC - Cooperativa dos Trab. Metalúrgicos de Canoas	RS	245	Metalúrgico
35	FUNDECCOOPE - Cooperativa Fundeccoope	RS	83	Metalúrgico
36	CDM - Cooperativa de Produção Metalúrgica de Brusque	SC	12	Metalúrgico

37	COOPERMAQ - Cooperativa de Máquinas e Equipamentos	SC	70	Metalúrgico
38	COOPERMETAL - Cooperativa do Metal de Criciúma	SC	195	Metalúrgico
39	COOPERMINAS - Cooperativa De Extração De Carvão	SC	720	Mineração
40	UNIPOL - Cooperativa dos Trabalhadores na Indústria de Polímeros de Joinville	SC	49	Químico
41	COOPERVEST - Cooperativa dos Profissionais de Fabricação de Vestuário LTDA	SE	115	Têxtil
42	CONES - Cooperativa Nova Esperança	SP	274	Têxtil
43	Cooperativa Monte Sinai	SP	12	Alimentício
44	Cooperativa Unimáquinas	SP		Metalúrgico
45	COOPERAVI - Cooperativa de Produção Agropecuária de Itatiba	SP	320	Alimentício
46	COOPERCAIXA- Cooperativa Paulistana de Produção de Chapas de Papel Ond.	SP	110	Papeleiro
47	COOPERFOR - Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Forjaria	SP	224	Metalúrgico
48	COOPERINCA - Centro de Eventos Convenções e Lazer	SP	15	Hoteleiro

49	COOPERLAFE - Cooperativa de Trabalho em Laminação Forjado Especial	SP	58	Metalúrgico
50	COOPERSALTO - Cooperativa de Produção dos Metalúrgicos de Salto	SP	88	Metalúrgico
51	COOPERTEX - Cooperativa Autogestionária Industrial dos Trabalhadores Têxteis	SP	não informou	Têxtil
52	COOPERTEXTIL - Cooperativa de Produção Têxtil São José (Cobertores Parahyba)	SP	152	Têxtil
53	COOPERTRATT – Coop. Ind. de Trab. Trat. Term.	SP	133	Metalúrgico
54	COOPERVIGUE - Cooperativa Vitoriosos Guerreiros	SP	34	Químico
55	COOPEVAL - Cooperativa de Produção de Embutidos da Região de Valinhos	SP	170	Alimentício
56	COPEMA - Cooperativa de Produção de Esquadrias de Aço e Alumínio (COPRAM)	SP	40	Metalúrgico
57	COPROMEM - Cooperativa de Produtos Metalúrgicos de Mococa	SP	516	Metalúrgico
58	COVAL - Cooperativa de trabalho de profissionais do abate de animais de Louveira	SP	240	Alimentício
59	CSJ - Cooperativa de Produção e Serviços Metalúrgicos São José	SP	381	Metalúrgico



60	FLASKÔ Embalagens Plásticas	SP	79	Químico
61	HIDROCOOP - Cooperativa Industrial Hidrocoop	SP	35	Metalúrgico
62	METALCOOP - Cooperativa de Produção Industrial de Trabalhadores em Conf. Metais.	SP	124	Metalúrgico
63	Metalúrgica Rio Grande	SP	176	Metalúrgico
64	PLASTCOOPER - Cooperativa Industrial de Trabalho em Artefatos de Plástico	SP	85	Químico
65	UNIFERCO - Cooperativa Indústria de Trabalho em Usinagem e Fundição de Alumínio	SP	32	Metalúrgico
66	UNIFORJA - Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia	SP	202	Metalúrgico
67	UNIWIDIA - Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Ferramentas de Metal Duro	SP	38	Metalúrgico